

Quais potências podem contribuir para reduzir as desigualdades e fortalecer a **democracia** a partir das favelas e periferias nos próximos anos?



20 ANOS
OBSERVATÓRIO
DE FAVELAS

Quais potências podem contribuir para reduzir as desigualdades e fortalecer a democracia a partir das favelas e periferias nos próximos anos?

Aruan Braga
Érika Lemos Pereira
Isabela Souza
Jean Carlos Azuos
Jefferson dos Santos
Natalia Viana
Priscila Rodrigues
Raquel Willadino
Rebeca Brandão
Thais Gomes
(ORGS.)

Realização



Apoio



DISTRIBUIÇÃO GRATUITA

A reprodução do todo ou parte deste documento é permitida somente para fins não lucrativos e com a autorização prévia e formal do Observatório de Favelas, desde que citada a fonte.

OBSERVATÓRIO DE FAVELAS DO RIO DE JANEIRO

Rua Teixeira Ribeiro, 535

Maré — Rio de Janeiro — RJ

e-mail: contato@observatoriodefavelas.org.br

site: www.observatoriodefavelas.org.br

DADOS ISBN

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
(Câmara Brasileira do Livro, SP, Brasil)

Quais as potências podem contribuir para reduzir as desigualdades e fortalecer a democracia a partir das favelas e periferias nos próximos anos? [livro eletrônico]
Rio de Janeiro, RJ : Observatório de Favelas, 2021.
PDF

Vários autores.
Vários organizadores.
Bibliografia.
ISBN 978-65-87016-08-5

1. Democracia - Brasil 2. Desigualdades sociais
3. Direitos fundamentais 4. Direitos humanos
5. Favelas - Aspectos econômicos 6. Favelas - Aspectos sociais 7. Periferias urbanas

21-92730

CDD-362.5

Índices para catálogo sistemático:

1. Desigualdades sociais : Problemas sociais 362.5

Eliete Marques da Silva - Bibliotecária - CRB-8/9380

1 EDIÇÃO

Rio de Janeiro_2021

PREFÁCIO

Henrique Silveira

AUTORAS E AUTORES DOS ARTIGOS

Aruan Braga

Camilla Rocha Campos

Elionalva Sousa

Érika Lemos Pereira

Isabela Souza

Jailson de Souza e Silva

Jean Carlos Azuos

Jorge Luiz Barbosa

Junior Pimentel

Lino Teixeira

Luciana Mayrink

Michella Maia

Monique de Carvalho Cruz

Natalia Viana

Priscila Rodrigues

Raquel Willadino

Rebeca Brandão

Rosane Borges

Sônia Beatriz dos Santos

Thais Gomes

CONVIDADOS E CONVIDADAS SEMINÁRIO

Ana Carolina Lourenço

Benilda Brito

Dandara Rudsan

Elionalva Sousa

Jailson de Souza e Silva

Jefferson Barbosa

Jorge Luiz Barbosa

Lúcia Xavier

Marcelle Decothé

FOTOS - Imagens do Povo

Rosilene Miliotti

Francisco Cesar

Francisco Valdean

REVISÃO

Mariana Costa

PROJETO GRÁFICO E DIAGRAMAÇÃO

Marcella Pizzolato - Observatório de Favelas

Prefácio



Henrique Silveira

Geógrafo, coordenador geral da Casa Fluminense e membro do Conselho Estratégico do Observatório de Favelas.

É muito bom caminhar ao lado de nossas referências. Celebrar os 20 anos do Observatório de Favelas (OF) significa mergulhar na sua história, navegar por sua expressiva contribuição para a superação das desigualdades nas cidades brasileiras e traçar rotas de um projeto de sociedade que tenha centralidade na dignidade humana. Embarque conosco e vamos celebrar juntos/as/es!

Este é um livro sobre o passado, o presente e o futuro. Ele não é um inventário sobre as dezenas de projetos exitosos da organização. Ele é uma gira que retoma conceitos e metodologias emblemáticas na trajetória do OF e soma com novas reflexões e ações de uma organização em constante movimento.

Fundado em 2001 pelos geógrafos Jailson de Souza e Jorge Barbosa, a criação do OF se insere num contexto de reinvenção da sociedade civil brasileira no início do século XXI, com pessoas de origem popular na

criação e liderança de organizações que atuam na produção de conhecimento e na realização de projetos de intervenção em favelas e periferias. A trajetória do OF possui como marca a elaboração de um sofisticado repertório conceitual capaz de promover novos olhares e novas práticas sobre os territórios favelados. Em todos os seus projetos, é possível identificar o compromisso da organização no questionamento das formas estruturais de reprodução das desigualdades no Brasil e a proposição de iniciativas capazes de enfrentar e superar esta realidade a partir do protagonismo das pessoas faveladas, especialmente os negros e as mulheres.

O livro está organizado em torno dos eixos de atuação do OF: Direito à Vida e Segurança pública, Política Urbana, Arte e Território, Comunicação e Educação. Os artigos alternam entre autores da equipe do OF e convidados externos. Entre a diversidade de histórias e iniciativas narradas existe

um conceito que atravessa a existência e as intervenções do Observatório de Favelas ao longo de duas décadas: o Paradigma da Potência. Ele foi lapidado e experimentado ao longo dos anos e representa sua principal contribuição no debate sobre o direito à cidade a partir do protagonismo dos moradores de favelas e de suas estratégias de existência numa sociedade tão excludente e violenta. Favela é Cidade!

No campo da educação e da comunicação, os projetos “Conexões de Saberes” e “Escola Popular de Comunicação Crítica” (ESPOCC) são referências para o Paradigma da Potência. Esses projetos juntos impactaram milhares de jovens da periferia com formações que mudaram sua forma de enxergar a universidade, a cidade, suas comunidades e si mesmos. Com base na compreensão de que o real é instituído pelo simbólico, o OF buscou alterar a própria representação dos jovens de origem popular. No lugar de focar na ausência, deu ênfase à sua criatividade, inventividade e sociabilidade. É a partir do reconhecimento e da valorização dessa potência de vida que a transformação das favelas e periferias será possível.

No campo do Direito à Vida e Segurança Pública, a denúncia contra o genocídio dos jovens negros se fez presente de forma contundente. Pesquisas, intervenções estéticas e

incidências política fazem parte das estratégias de enfrentamento das desigualdades e de proposição de um novo modelo de segurança pública. No campo da Arte e Território, a disputa por um novo imaginário sobre as favelas e espaços populares passa pela mediação da cultura e pela apropriação de diferentes linguagens artísticas. A realização de projetos e a gestão de espaços culturais são resultados da travessia em busca de novos símbolos e representações sobre as favelas. No campo da Política Urbana, o Território Inventivo é a tecnologia social que articula os conceitos, as metodologias e as intervenções do OF para a incidência nas políticas públicas. O Paradigma da Potência, a Pedagogia da Convivência e o Urbanismo Popular Insurgente fazem parte do guarda-chuva das iniciativas para a superação dos estigmas e representações socioespaciais que organizam a sociedade. As contribuições do OF são múltiplas, diversas e consistentes.

O Observatório de Favelas completa 20 anos com uma trajetória inspiradora e um legado robusto, que enriquece o repertório da sociedade civil brasileira na luta por justiça social e democracia radical no país. Mais importante do que isso, você perceberá nas próximas páginas que o OF está preparado para seguir se reinventando por mais 20 anos. Que assim seja!

9 Carta Diretoria

Elionalva Sousa, Isabela Souza e Raquel Willadino

10 Por que nascemos? Por que seguir existindo?

Por Jailson de Souza e Silva e Jorge Luiz Barbosa

15 SEÇÃO 1 - EDUCAÇÃO

16 **Aprendendo a “suspender o céu”:** *educação como ferramenta política de transgressão contra e para além das fronteiras*
Natalia Viana

18 **Discentes das Favelas e Periferias no Ensino Superior:** *Uma perspectiva sobre legados e experiências de lutas e resistências*
Sônia Beatriz dos Santos

24 SEÇÃO 2 - DIREITO À VIDA E SEGURANÇA PÚBLICA

25 **“Pulsão de vida” é a potência que construiu e seguirá construindo outros mundos possíveis a partir das favelas e periferias**
Thais Gomes da Silva

28 **(Re)existência favelada e democracia: o papel das mulheres em luta na transformação da realidade brasileira**
Monique de Carvalho Cruz

33 SEÇÃO 3 - COMUNICAÇÃO

34 **Mídia e Favela - Um levante: Favelas e periferias narrando suas próprias histórias**
Priscila Rodrigues

37 **Por uma ação transformadora das favelas: a potência das vozes silenciadas**
Rosane Borges

42 SEÇÃO 4 - POLÍTICAS URBANAS

43 **O futuro das cidades a partir das favelas**
Aruan Braga, Junior Pimentel, Lino Teixeira e Michella Maia

46 **A resistência e a vida a partir da luta dos espaços pretos.**
Luciana Mayrink – Coletiva Terra Preta

52 SEÇÃO 5 - ARTE E TERRITÓRIO

53 **Arte e Território: políticas, acordos e disputas**
Isabela Souza, Jean Carlos Azuos e Rebeca Brandão

56 **Sem ficção, com ficção**
Camilla Rocha Campos

60 Seminário OF 20 anos

Érika Lemos Pereira da Silva, Isabela Souza da Silva, Priscila Rodrigues, Raquel Willadino e Thaís Gomes



Elionalva Sousa

Mestre em Bens Culturais e Projetos Sociais (CPDOC, FGV), especialista em Gerenciamento de Projetos no Terceiro Setor (FGV) e graduada em Licenciatura Plena em Pedagogia (Unirio). É fundadora do Observatório de Favelas, Representante Legal e Diretora Administrativo-Financeira da Organização.



Isabela Souza

Doutoranda em Geografia pela UFF e Mestre em Planejamento Urbano e Regional pela UFRJ. Nasceu e cresceu na Maré e desde 2011, integra o Observatório de Favelas. Atualmente é diretora da organização. É feminista, se interessa pelas questões da cidade, das pessoas que nela vivem e da arte e da cultura para redução de desigualdades.



Raquel Willadino

Diretora do Observatório de Favelas e coordenadora geral do Programa de Direito à Vida e Segurança Pública da instituição. Doutora em Psicologia Social pela Faculdade de Ciências Políticas e Sociologia da Universidade Complutense de Madrid (UCM), Espanha. Graduada em Psicologia pela Universidade de Brasília (UnB). Desenvolve pesquisas, metodologias de intervenção e incidência centradas nos temas de violência urbana, segurança pública, periferias e direitos humanos na América Latina.

Carta da Diretoria

Estamos em 2021 e o Observatório de Favelas comemora duas décadas de aniversário, mesmo em um Brasil que caminha a passos largos para o aprofundamento de desigualdades estruturais diante de um Estado genocida, racista, sexista, patrimonialista e assumidamente descomprometido com o enfrentamento da pandemia de COVID-19, que estamos vivendo desde março de 2020 e que, na ocasião desta escrita, já ceifou a vida de 600.000 brasileiras/os.

A conjuntura é adversa para o sonhar coletivo, mas é neste mesmo tempo que tem sido possível aprender com uma sociedade civil majoritariamente comprometida em superar os desafios colocados pelas crises sanitária, econômica, social e política que estamos enfrentando. Frente às políticas de morte perpetradas pelo Estado brasileiro, a sociedade civil e principalmente as organizações comunitárias têm respondido com uma ampla capacidade de mobilização, articulação, resistência e produção de vida.

Nesse contexto, agradecemos a chance de celebrar pública e coletivamente mais um ano da nossa instituição, que tem como missão construir experiências que contribuam para a superação das desigualdades e o fortalecimento da democracia a partir da afirmação das favelas e periferias como territórios de potências e direitos.

Entrelaçando debates de raça, gênero, sexualidade, territorialidade e classe, em perspectiva interseccional, aos nossos eixos de atuação (Arte e Território, Direito à Vida e Segurança pública, Políticas Urbanas, Educação e Comunicação), celebramos duas décadas com muitos desejos de estarmos cada vez mais em rede, construindo em diálogo e articulação com diversidades de outras organizações, coletividades e pessoas, principalmente de origem popular.

Para comemorar os 20 anos, construímos a muitas mãos uma programação ao longo do segundo semestre de 2021. "Olhar para o passado para

construir o futuro" foi o mote que nos moveu nesse percurso. Iniciamos as celebrações com a realização de cinco microprojetos, mobilizados por nossos eixos centrais de atuação, com ações online e offline convidando a sociedade para revisitar junto com a gente conceitos e metodologias que marcaram a nossa trajetória e o trabalho atual. No mês de agosto, durante a semana do aniversário, realizamos um lindo seminário, palco de encontros memoráveis, onde pudemos nos emocionar e nos fortalecer com diálogos intergeracionais e preciosas contribuições de pessoas e organizações que nos inspiram nas formas de participações nas mesas e também nos espaços de interação. Por último, fechamos o ano com esta publicação, realizada com o apoio da Fundação Heinrich Böll, construída a partir de textos de nossa equipe, de nossos fundadores e de parceiras/os que contribuem com a formulação de propostas, elaboração de repertórios e construção de estratégias. Com esse conjunto de ações afirmamos o encontro, o diálogo, o pensar e o construir coletivo, as ações nas ruas e nas redes, como métodos para instituímos juntas/os caminhos para o enfrentamento das desigualdades, a afirmação de direitos e o tensionamento de novos horizontes democráticos.

No que concerne à publicação, consideramos que o conjunto das contribuições possibilitam o aprofundamento de temas fundamentais para avançarmos de forma propositiva em uma agenda de Direito à Cidade por meio da produção e difusão de conhecimentos; do desenvolvimento de metodologias de intervenção, mobilização e formação; e da articulação e implementação de processos de incidência política e qualificação do debate público.

Essa coletânea de textos reitera nosso compromisso em articular alternativas que priorizem a garantia de direitos a partir de sujeitas/os e territórios periféricos. Ao longo desses 20 anos, renovamos nossa composição – cada vez mais jovem, negra, feminina, LGBTI+ – apostando no aprofundamento da diversidade; ampliamos campos de atuação e inventamos novas práticas. Assim, seguimos firmemente comprometidas/os com as lutas voltadas para o enfrentamento das condições sociopolíticas que possibilitam a reprodução de desigualdades em nosso país: o racismo estrutural, o sexismo, a cisheteronormatividade e o patrimonialismo institucional.

Na certeza de que a peleja será longa, seguiremos com muita força e inventividade afirmando as potências e os direitos de favelas e periferias, urbanas e rurais, das diversas regiões do Brasil, e suas/seus sujeitas/os; e nos movendo coletivamente com afeto, coragem e trabalho para superarmos as inúmeras desigualdades a partir das quais a sociedade brasileira foi estruturada e, também, para contribuirmos para a criação de outros sentidos e práticas democráticas.

Por que nascemos? Por que seguir existindo?



Jailson de Souza e Silva

Geógrafo, doutor em sociologia da Educação, ex-secretário de Educação de Nova Iguaçu, ex-subsecretário de assistência social e direitos humanos do estado do Rio de Janeiro, fundador do Observatório de Favelas, diretor geral do Instituto Maria e João Aleixo, escritor de várias obras, tais como: "Por que uns e não outros?"; "Favela: alegria e dor na cidade"; "O novo carioca".



Jorge Barbosa

É fundador do Observatório de Favelas e Professor Titular do Departamento e do Programa de Pós-graduação em Geografia da UFF. Membro do Conselho Estratégico do Instituto Maria e João Aleixo.

O surgimento do Observatório de Favelas, ocorrido formalmente em 20 de agosto de 2001, se insere no contexto de reinvenção da sociedade civil brasileira no início deste século. Até os anos 1990 do século XX, as organizações da sociedade civil e os centros de estudos que tinham como objetivo produzir conhecimento e lutar pela defesa da democracia e dos direitos humanos eram dominadas por sujeitos brancos oriundos dos setores médios. Mesmo quando se tratava das favelas e periferias, os responsáveis pelos estudos, narrativas e representações hegemônicas desses territórios tinham essas marcações de origem.

Os estudos e proposições derivadas dessas formulações eram marcadas pelas condições de origem dos/das pesquisadores/as e ativistas sociais, apesar de muitos/as terem uma grande identidade com os seus "objetos de pesquisa e/ou de ações". Dominados por uma visão de cidade centrada em um modelo que priorizava os aspectos da paisagem, o acesso aos equipamentos e serviços urbanos, além da quantidade de renda, os estudos e representações dos territórios periféricos tinham como pressuposto o que passamos a denominar de "Paradigma da Ausência". Isso porque os territórios onde viviam os grupos sociais dominantes e as práticas nele estabelecidas eram considerados o modelo ideal de urbano, cabendo às favelas e periferias – espaços definidos por uma pretensa provisoriedade – buscarem chegar nesse patamar. Na mesma linha, os corpos dos sujeitos periféricos – negros e/ou femininos – não eram levados em conta, mas apenas suas condições e posições de consumidores/as dos bens da cidade.

Nesse contexto, o OF nasce com uma característica singular: uma instituição fundada e coordenada por pensadores ativistas oriundos de favelas que mantiveram a identidade com suas origens, além de serem da primeira geração familiar a chegar na universidade. O acesso ao repertório conceitual

acadêmico – embora ainda marcado por uma perspectiva eurocêntrica – e a vivência cotidiana com o território favelado geraram sujeitos e uma organização que passa a construir novas formas de estudar, conhecer e apresentar as favelas, além de afirmar projetos que buscam disseminar esses novos olhares e promover essas novas práticas. Denominamos esse leque conceitual, representacional e político de “Paradigma da Potência”.

Outro aspecto central no desenvolvimento de nossa organização foi o compromisso com a elaboração de uma análise estrutural da sociedade brasileira e a proposição de iniciativas, em diferentes escalas, que colocassem em questão as formas de (re)produção das desigualdades. Com efeito, a grande maioria das organizações nascidas nas favelas e periferias tinham como objetivo o atendimento de demandas individuais e coletivas dos moradores/as locais, especialmente as de ordem material. O OF, por sua vez, se dedicou a estudar as formas como as instituições, em especial, reproduzem a desigualdade e a construir iniciativas que incidam sobre elas. Muitos projetos realizados pela instituição tinham essa premissa, mas gostaríamos de destacar dois que a materializam de forma cabal:

1. Conexões de Saberes: o Conexões nasceu a partir de um projeto denominado Rede Universitários de Espaços Populares – RUEP. Estabelecido em sete favelas cariocas, no início de 2002, a iniciativa derivou-se da compreensão de que não bastava colocar os jovens das favelas no ensino superior, mas se fazia central oferecer meios financeiros, teóricos e políticos para que eles permanecessem, com qualidade. De fato, muitos/as estudantes de periferia abandonavam os estudos universitários por não terem meios financeiros; base teórica para acompanhar as disciplinas; e/ou não se sentirem adaptados a um meio acadêmico que invisibilizava, quando não discriminava, suas condições de origem. A RUEP buscava dar o suporte necessário para que esses/as estudantes se articulassem, tivessem um processo formativo coletivo, se reconhecessem como corpos negros e favelados – e adquirissem orgulho disso.

Em 2004, em parceria com a SECAD – Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade – do MEC, criamos o programa Conexões de Saberes: diálogos entre as comunidades populares e a universidade, tendo como referência a experiência da RUEP. O “Conexões de Saberes” reuniu 33 universidades públicas federais, por meio de projetos de extensão para a geração de conhecimentos sobre as condições de ingresso e permanência nas universidades por parte dos estudantes de territórios periféricos, e com incidência de diversas ações em favelas e periferias (de educação, de cultura, de saúde, entre outras). As juventudes assumiram um papel central em todas essas ações, chegamos a alcançar mais de 1000 bolsistas

por ano integrados ao programa.

Deve-se destacar os produtos gerados: a coletânea “Grandes Temas do Conexões de Saberes” e os 32 livros da “Coleção Caminhadas”, com relatos sobre as diferentes trajetórias dos estudantes para ingressar na universidade pública (publicações disponibilizadas gratuitamente em formato digital em nosso site).

Podemos dizer que o Conexões de Saberes se tornou a maior iniciativa de ações afirmativas do Ministério da Educação, demonstrando as possibilidades de construção de políticas públicas mais inovadoras, qualificadas e com ampla incidência, quando o Estado se abre para atuar em conjunto com a sociedade civil, em particular com as organizações das periferias;

2. Escola Popular de Comunicação Crítica – ESPOCC: um grande desafio presente desde a origem do OF foi a construção de novas representações sobre as favelas e outras periferias. Um pressuposto conceitual da entidade é que o simbólico institui o real. Logo, as representações hegemônicas sobre o mundo social influenciam o leque de políticas públicas e outras ações direcionadas para a construção da cidade, em particular nos territórios periféricos. A representação centrada na carência, na falta de regras, leis, valores morais, equipamentos e serviços a respeito das favelas gerou um conjunto de políticas que ignora as suas potências, as suas possibilidades, suas formas de convivência, a capacidade de participação e inventividade dos seus/suas moradores/as. Ao mesmo tempo, essa representação hegemônica influenciava as pessoas oriundas dos territórios periféricos, fazendo-as considerar também seus espaços como definidos pela carência e, também elas, por essas insuficiências. Assim, o principal “produto” derivado dessa dinâmica representacional é a baixa autoestima das pessoas de favelas – em geral negras, trabalhadoras manuais, estudantes da escola pública e descendentes de migrantes nordestinos empobrecidos.

A ESPOCC funciona através da oferta de cursos no campo das tecnologias audiovisuais – fotografia, audiovisual, jornalismo e publicidade – e visa formar prioritariamente pessoas faveladas para que construam novas imagens e narrativas sobre esses sujeitos e seus territórios. A proposta não é idealizar ou glamourizar os espaços periféricos, mas apresentar seu cotidiano de outra forma que não seja apenas através de situações de violência, dor e morte. Afinal, como bem sabemos, nossos territórios são repletos de invenção, solidariedade, sociabilidade, criação coletiva e reinvenção permanente

do espaço público. Durante dez anos, a Escola formou centenas de jovens como sujeitos de suas vidas profissionais, capazes de constituir novos padrões estéticos e formas de narrar seus lugares de origem e outros similares. Como se nota, a intenção maior da ESPOCC não era atender indivíduos específicos, mas estimular a criação de uma grande massa crítica que disputasse, estética e politicamente, as representações hegemônicas sobre a cidade. E assim foi feito, com resultados mais visíveis e impactantes – tal como o atingido pelo Escola de Fotógrafos Populares, iniciativa mais expressiva da ESPOCC – ou mais diluídos, tais como os cursos de comunicação e publicidade digital, que atingiram um número muito expressivo de estudantes de toda a região metropolitana do Rio de Janeiro.

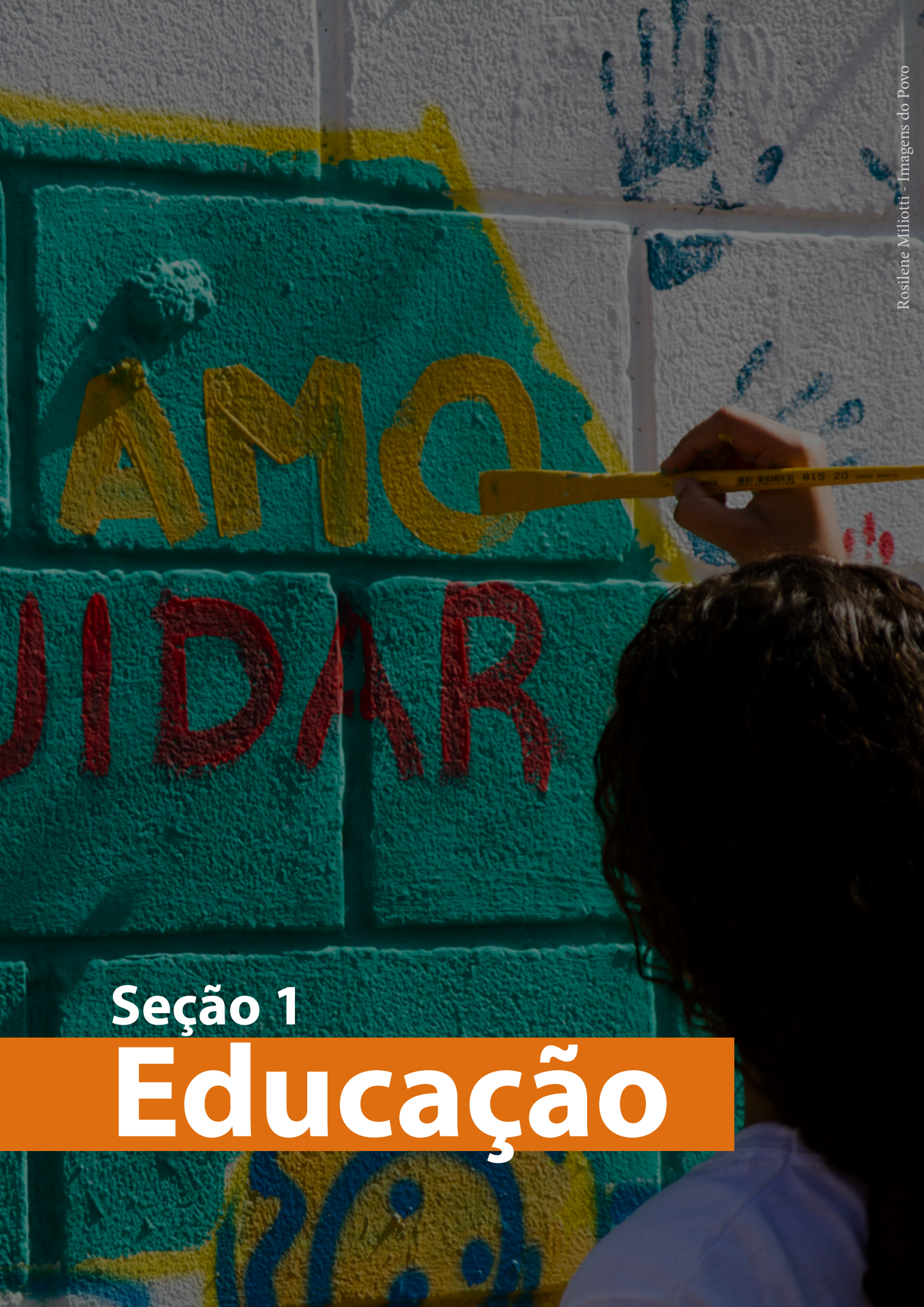
Cabe salientar que com o desenvolvimento da Escola Popular de Comunicação Crítica o OF foi reconhecendo mais e mais a importância de construir seus projetos de forma integrada, sem a delimitação estrita em linguagens isoladas. Assim, as fundamentais ações no campo da segurança pública e valorização da vida usavam, além dos instrumentais teóricos materializados em estudos e pesquisas, linguagens estéticas que permitissem visibilizar o desafio de defender a vida negra no país. Do mesmo modo, foi se evidenciando mais e mais a importância de ter as práticas culturais como um instrumento de disseminação de nossas proposições de democracia e de cidade. O que gerou a criação de um conjunto de iniciativas nesse campo que passaram a marcar a identidade da organização, tais como o “Solos Culturais”, o Galpão Bela Maré e a gestão da Arena Carioca Dicro.

Concluindo este breve relato sobre nossa trajetória, cabe salientar que nesses 20 anos, apesar da diversidade de iniciativas, a perspectiva de superar as formas que permitam a reprodução da desigualdade na sociedade capitalista brasileira nunca nos abandonou. Tal perspectiva nos permite seguir na luta pela democracia radical e no enfrentamento das condições sociopolíticas que garantem essas desigualdades: o racismo estrutural e institucional, a opressão patriarcal e o patrimonialismo institucional, voltadas para alimentar de forma insaciável os privilégios maiores de um grupo social específico – os homens brancos, enriquecidos e heteronormativos.

J. P. Sartre dizia que deveríamos construir nosso projeto existencial sem ter a esperança de que as pessoas que viriam têm obrigação de mantê-lo, pois, afinal, cada pessoa tem o absoluto direito de construir de forma autônoma seu projeto. Saber que, mesmo

após nossa saída da direção do Observatório de Favelas, ele segue firme e vigoroso, sem perder suas raízes, mas construindo novos ramos e galhos, nos enche de orgulho. Além da certeza que, embora de forma muito limitada, pudemos somar alguns tijolos a mais na permanente construção da utopia de uma sociedade pós-capitalista, na qual possamos viver como pessoas plenas, em todas as nossas dimensões, e de onde a opressão e a exploração humana sejam banidas. Essa esperança nos alimentou na fundação do Observatório de Favelas e de seu “filhote” – o Instituto Maria e João Aleixo – e segue nos alimentando nessa fase madura de nossa trajetória. Que o OF e os sujeitos que hoje o constroem sigam seu caminho singular com olhos no futuro, pés no presente e alma na ancestralidade. Eis o nosso desejo maior. E nossa alegria também.





Seção 1

Educação

Aprendendo a “suspender o céu”: educação como ferramenta política de transgressão contra e para além das fronteiras



Natalia Viana

Pesquisadora do Programa de Direito à Vida e Segurança Pública do Observatório de Favelas. Mestranda do Programa de Pós-Graduação em Educação, Cultura e Comunicação em Periferias Urbanas da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (PPGECC-UERJ). Graduada em Pedagogia pela mesma instituição. Pesquisadora colaboradora do Núcleo de Estudos Afro-Brasileiros (NEAB/UERJ). Integrante do Grupo de Pesquisa “Elekô: histórias, culturas e experiências formativas” da Universidade do Estado do Rio de Janeiro.

“Pedindo a todos que abram a cabeça e o coração para conhecer o que está além das fronteiras do aceitável, para pensar e repensar, para criar novas visões, celebro um ensino que permita as transgressões – um movimento contra as fronteiras e para além delas. É esse movimento que transforma a educação na prática da liberdade”

– bell hooks em *Ensinando a transgredir: a educação como prática da liberdade* (1994)

Como espaço político de transformação, o campo educacional congrega em si desafios que reivindicam a importância do diálogo e da reflexão sobre o aprendizado do e com o outro no ser, conviver e agir em sociedade. Ao permitir “um movimento contra as fronteiras e para além delas”, como propõe bell hooks, reafirmamos o papel da educação em seu caráter popular. É a partir desse movimento que se torna possível atribuir sentido à educação como prática da liberdade, enquanto reconhecimento da necessidade concreta de se constituir como sujeito participativo, crítico e criativo em favor de uma sociedade mais humana.

Ao investigar, mapear e criar através de processos formativos, somos capazes de localizar o seu papel transformador e político, produzindo questionamentos sobre os protagonismos e os interesses que disputam a educação. Afinal, é sempre importante se perguntar a serviço de quem ou o que ela está no mundo¹. Mais do que um caminho que nos permita reconhecer o impacto dos sistemas de opressão, a educação como prática da liberdade deve sempre nos levar a cruzar uma ponte entre o crescimento individual e as transformações coletivas, regando as raízes que germinam simultaneamente a tomada de consciência e a luta pela redução das desi-

¹FREIRE, Paulo. *Pedagogia da tolerância*. São Paulo: UNESP, 2004.

gualdades.

Nesse cenário, a disputa pela ampliação das oportunidades de acesso à cidadania através da educação se posiciona como um dos principais desafios que tem tensionado por décadas diferentes âmbitos da sociedade a pensarem coletivamente estratégias, metodologias, conceitos e tecnologias sociais que sejam cada vez mais capazes de discutir os sentidos da educação e as mais variadas formas de transpor as fronteiras que fragilizam a democracia.

Democracia essa que não pode ser considerada radicalmente plena enquanto não oferecer alicerce para a entrada de grupos que são sistematicamente excluídos dos espaços de poder, como negros, povos originários, mulheres, LGBTQIA+, quilombolas e outros grupos que formam a sociedade brasileira.

A atuação de movimentos sociais, organizações da sociedade civil, instituições públicas e privadas, e outros atores e setores da sociedade comprometidos com esse horizonte através da educação tem contribuído nesse fluxo para a denúncia das desigualdades sociais e violações de direitos humanos, para o reconhecimento das rupturas necessárias com paradigmas excludentes e para o fortalecimento das articulações que nos permitem investir em espaços colaborativos de transformação.

Nos 20 anos de atuação do Observatório de Favelas, o compromisso com a educação se constituiu como uma das perspectivas centrais da instituição, cultivando um terreno fértil para a cons-

trução de iniciativas que apostam nela como ferramenta fundamental para a garantia de direitos. Em projetos como o “Conexões de Saberes: diálogos entre a universidade e as comunidades populares”, e a “Escola Popular de Comunicação Crítica” (ESPOCC), o Observatório estruturou seus primeiros passos na produção de alternativas para o reconhecimento e a valorização do poder inventivo das favelas e periferias e dos sujeitos que nelas vivem².

Esse compromisso segue se ramificando na experiência cotidiana em ações formativas que são parte da metodologia transversal de cada projeto desenvolvido. Entre residências, oficinas, seminários e cursos de formação política e artística, a aposta do Observatório de Favelas no protagonismo político de sujeitos e organizações populares tem nos movimentado a pensar e disputar a cidade a partir de novas metodologias e olhares sobre o futuro.

Por aqui, seguimos na sede por cultivar o que o mestre Ailton Krenak partilha como “suspender o céu”, isto é, por ampliar horizontes existenciais e enriquecer subjetividades que nos formam diferentes a partir da convivência e do aprendizado com o coletivo, assim como os que vieram antes de nós. Para aqueles e aquelas que, assim como nós, acreditam e lutam por justiça social, esse cultivo ganha força na raiz forte do saber popular, periférico, preto, feminino e LGBTQIA+ e abre caminhos para que possamos encarar as potências que nos movimentam a transgredir para além das fronteiras.

² FERNANDES, Fernando; BARBOSA, Jorge; SILVA, Jailson. O Paradigma da Potência e a Pedagogia da Convivência. Revista Periferias, v. 1, n. 1, 2018.

Discentes das Favelas e Periferias no Ensino Superior: Uma perspectiva sobre legados e experiências de lutas e resistências



Sônia Beatriz dos Santos

Antropóloga, Ph.D. e Professora Adjunta da Faculdade de Educação, Departamento de Ciências Sociais e Educação, da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ). É pesquisadora do Núcleo de Estudos Afro-Brasileiros (NEAB-UERJ), Docente Coordenadora EaD da Disciplina Espaços Sociais de Formação Humana/ Pedagogia UERJ-CECERJ e docente do Programa de Pós-Graduação em Educação, Cultura e Comunicação em Periferias Urbanas PPGCEC/FEBF-UERJ, além de docente do Programa de Pós-graduação em "Bioética, Ética Aplicada e Saúde Coletiva (PPGBIOs - Programa em associação com UFRJ, FIOCRUZ, UERJ, UFF). Integra a Comissão de Educação, Ciência e Tecnologia da Associação Brasileira de Antropologia (ABA) e é psicanalista em Formação (Sociedade Brasileira de Psicanálise do Rio de Janeiro – SBPRJ).

Introdução

Esta reflexão busca dialogar a partir de uma perspectiva do campo da educação, com a seguinte questão: quais potências podem contribuir para reduzir as desigualdades e fortalecer a democracia a partir das favelas e periferias nos próximos anos?

Pensar a ideia de democracia em associação com o campo da educação me suscita sentimentos de descontentamento e insuficiências, no sentido de que me deparo interrogando se devemos potencializar esforços para fortalecer ideias e práticas do modelo de democracia vigente na sociedade brasileira.

É impossível ignorar as injustiças e violências cometidas contra populações de favelas e periferias geradas pela ausência de processos democráticos no Brasil desde o início

da colonização. E está evidente na história do país os embates travados por pessoas indígenas e negras por sobrevivência digna, reconhecimento e direitos em meio ao projeto institucionalizado de exclusão e marginalização imposto pelo Estado brasileiro.

Como um desfecho positivo dessas lutas seculares dos movimentos negros e indígenas, a primeira década do século XXI passa a testemunhar o estabelecimento e implementação de políticas de ações afirmativas voltadas para estas populações em todo território nacional e em diferentes esferas da sociedade, implicando suas principais instituições no campo da educação, saúde, mercado de trabalho, moradia, dentre outros direitos (ver SILVA e SILVÉRIO, 2003; BRASIL, 2004; GOMES, 2017; MILANEZ, SÁ, KRENAK,

CRUZ, URBANO, e PATAXÓ, 2019). De modo que, podemos afirmar que devido a seus próprios empreendimentos, pessoas negras e indígenas brasileiras, principais habitantes das favelas e periferias, têm produzido seus próprios meios de enfrentamento e redução das desigualdades. E ao invés de fortalecer o atual regime nomeado de democrático que os vitima, estes grupos o têm refutado, apontando-o como antidemocrático, e por consequência, proposto um outro modelo que passa pelo desencobrimento e denúncia do racismo patriarcal heteronormativo estruturante da sociedade brasileira.

E no decurso das lutas pela transformação social em prol das condições de vida de populações negras e indígenas, saliento que um dos maiores resultados destas resistências, ou para dialogar nos termos do Observatório de Favelas, potências, tem sido precisamente o engajamento político das novas gerações de jovens brasileiros(as) herdeiros(as) dos territórios de favelas e periferias, assegurando a continuidade das lutas de resistência. Dito de outro modo, devido às lutas de gerações passadas de seus descendentes finados e vivos, as novas gerações têm herdado não somente os frutos do que foi conquistado, mas também as ferramentas e os modos de se produzir conscientização, e levado a cabo o legado deixado por seus/suas antecessores(as), buscando for-

talecer o enfrentamento por um modelo de democracia que reconheça e assegure a dignidade humana para aqueles a quem esta tem sido negada. Nesse sentido, pretendo tomar como exemplo a presença e persistente permanência (apesar das adversidades sociais e institucionais) de jovens oriundos(as) das favelas e periferias, na educação superior como expressão e resultado das conquistas significativas empreendidas por grupos negros e indígenas.

Em outras palavras, argumento que discentes universitários – na graduação e pós-graduação – através de seus trabalhos de pesquisa e conclusão dos estudos, têm evidenciado como a democracia tem estado ausente da vida das pessoas nas favelas e periferias do Estado do Rio de Janeiro e tem, por conseguinte, apontado, para além da denúncia, discussões e estratégias que podem ser construídas e implementadas para coibir e reparar as injustiças sociais e violências causadas pelas insuficiências dos processos democráticos nestes territórios.

Sou antropóloga e atuo principalmente nas áreas de Antropologia, Educação, Saúde Coletiva e Bioética com foco em relações étnico-raciais e de gênero, desigualdades, diversidade, e cultura. Iniciei o magistério em 1998 no Ensino Médio numa escola pública no Estado do Rio de Janeiro. Desde 2014 atuo como professora ad-

junta da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ), na Faculdade de Educação, lecionando nos Cursos de Pedagogia e Licenciaturas, e em dois Programas de Pós-Graduação vinculados a UERJ – o PPGECC-FEBF/UERJ e o PPGBIOS-UFRJ/ FIOCRUZ/UERJ/UFF. E integro o Núcleo de Estudos Afro-Brasileiro (NEAB-UERJ) como pesquisadora.

Buscarei apresentar brevemente nas seções seguintes uma reflexão suscitada a partir de minha trajetória

no magistério de nível superior, e pretendo explorar a experiência vivida junto a discentes negras(os) e não negras(os) oriundos de distintas regiões de favelas e periferias do estado do Rio de Janeiro, em particular mulheres. Organizei o texto em três partes: Discentes das Periferias no Ensino Superior: Perspectivas sobre Desigualdades e Educação; O Pesquisar com Discentes das Favelas e Periferias; e Considerações Finais.

Discentes das Periferias no Ensino Superior: Perspectivas sobre Desigualdades e Educação

A despeito dos persistentes efeitos perversos do racismo estrutural (e suas outras dimensões institucional e individual) em intersecção com formas de opressão como gênero, classe e sexualidade, que afetam o acesso e a permanência de estudantes na universidade, muitas(os) discentes provenientes das favelas e periferias têm conseguido acessar e se manter na graduação e na pós-graduação, a despeito das ameaças constantes da escassez de bolsas de estudo e outros recursos como auxílio para transporte, aquisição de livros e material escolar, e alimentação.

Além de conseguirem seguir adiante, essas(es) estudantes têm trazido para a universidade as demandas e dinâmicas vivenciadas cotidianamente e historicamente pelas populações de seus territórios, bem como a partir deste processo, têm produzido discussões, pesquisas e práxis significativas para pensar e desafiar a demo-

cracia brasileira assentada no racismo estrutural patriarcal heteronormativo. Parafraseando a afirmativa do Observatório de Favelas, considero que este seja um exemplo significativo no que tange aos esforços para “construir experiências que contribuam para a superação das desigualdades e o fortalecimento da democracia a partir da afirmação das favelas e periferias como territórios de potências e direitos”.

E empreenderei esforços para construir esta reflexão a partir de um relato pessoal como professora e pesquisadora negra oriunda de um lugar de periferia da cidade do Rio de Janeiro, que por sua vez se reconhece nos atravessamentos com discentes no papel de ensinar-aprender-pesquisar num movimento dialético. Assim, falo de um lugar de alguém que caminhou sobre e recebeu as heranças das lutas históricas de minhas e meus antepassados afrodescendentes, e que ainda

muito jovem precisou compreender e se desenvolver em meio a situações de desigualdades multifacetadas estruturadas por marcadores de diferenças como raça, gênero, classe e sexualidade; e que somente pôde obter uma trajetória bem-sucedida, porque as pessoas que a antecederam vieram (e vem) preparando os caminhos que tem logrado reconhecer e seguir.

Tenho testemunhado no processo de formação no ensino superior em instituições públicas universitárias que discentes oriundos de regiões de favelas e periferias têm se destacado em seus empreendimentos aca-

dêmicos elaborando estudos (novas epistemologias) e práxis inovadoras e criativas na busca por estratégias de enfrentamento das desigualdades raciais per si, e em intersecção com outras formas de opressão. No entanto, suas performances, produções e legados seguem invisibilizados ou reduzidos nos espaços acadêmicos. Portanto, saliento que é condição essencial para que possamos pensar em fortalecimento da democracia neste país que as contribuições destes grupos de estudantes sejam reconhecidas e difundidas interna e externamente as comunidades acadêmicas.

O Pesquisar com Discentes das Favelas e Periferias

A reflexão apresentada neste trabalho tem sido construída em permanente diálogo com colegas docentes e discentes, constituído majoritariamente de mulheres, pessoas negras, e oriundos de favelas e periferias. Principiada pela Década Internacional dos Afrodescendentes 2015-2024 cujo tema é “Povos afrodescendentes: reconhecimento, justiça e desenvolvimento”, tenho estado atenta às experiências formativas em Educação das Relações Étnico-Raciais com intersecção de gênero e classe entre estudantes de graduação e pós-graduação da UERJ, tanto na sala de aula quanto no grupo de pesquisa.

Tenho buscado desenvolver junto a essas(es) orientandas(es/os) práticas educacionais e de produção de conhecimento antirracistas que abordem e exponham as questões étnico-raciais na sociedade brasileira e,

ainda, promover a discussão na educação de estratégias de enfrentamento dos problemas gerados pelo racismo e as iniquidades acarretadas por este (ver BARRETO, ARAÚJO e PEREIRA, 2009; GOMES e SILVA, 2011; OLIVEIRA e SACRAMENTO, 2016). Ao longo desses anos as trocas e diálogos com meus/minhas orientandos/as têm gerado estudos que problematizam temas fundamentais relacionados aos efeitos do racismo em intersecção com gênero, classe e sexualidade no âmbito da educação, da saúde, da geração de renda e moradia, e outros temas vinculados aos direitos humanos e significativos para o enfrentamento dos problemas gerados pelas desigualdades crescentes no Brasil.

Finalmente, frente a uma sociedade atravessada pelas iniquidades e violências raciais, tenho vislumbrado construir entre orientandas(os) expe-

riências educacionais múltiplas que lhes propiciem vivenciar no NEAB-UERJ, e nos encontros promovidos pelo grupo de pesquisa dentro e fora dos espaços acadêmicos, um lugar de discussão e de produção de conhecimentos que permitam a estas(es) se instrumentalizarem para compreender, discutir apropriadamente e trazer para o processo de ensino-aprendiza-

gem experiências educacionais que lhes permitam compreender as relações étnico-raciais, sem transformar as diferenças humanas e as diversidades sociais e culturais em estigmas e relações assimétricas, bem como possibilitar a compreensão desses aprendizes sobre os significados de racismo, preconceito e discriminação raciais.

Considerações Finais

Retomando a pergunta inicial que motivou esta reflexão, argumento que o ingresso de discentes de favelas e periferias nas universidades, bem como o trabalho na área de ensino e pesquisa que podem desenvolver a partir de suas vivências nos seus espaços de convivência, aliados às experiências educacionais que vão desenvolvendo no intercâmbio com docentes e outros pares no ambiente acadêmico têm o potencial para contribuir com o desvelamento dos processos desiguais e denunciar os efeitos das ausências dos processos democráticos junto aos seus territórios assolados pelas iniquidades sociais. A universidade precisa se cons-

tituir num espaço que estimule as(os) estudantes a refletir e a adotar posturas de questionamento e desnaturalização das relações de poder expressas em modos de ser e saber reproduzidos por meio da racialização das diferenças humanas. Um processo compreendido como parte fundamental de um modelo de pesquisar ensinando e/ou ensinar pesquisando assentado numa concepção de educação antirracista que reconhece o direito a diferença como um aspecto basilar do reconhecimento da humanidade do outro. E é somente a partir desta perspectiva que vislumbro a possibilidade da redução das desigualdades e fortalecimento da democracia.

Referências

BARRETO, Andreia; ARAÚJO, Leila; PEREIRA, Maria Elisabete. (Org.). *Gênero e diversidade na escola: formação de professoras/es em gênero, orientação sexual e relações étnico-raciais*. Rio de Janeiro: CEPESC; Brasília: SPM, 2009.

BRASIL, 2004. *Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana* (RESOLUÇÃO No. 1, de 17 de junho de 2004 do Conselho Nacional de Educação/Conselho Pleno/ DF). Brasília, DF, outubro, 2004.

GOMES, Nilma Lino. *O movimento negro educador. Saberes construídos na luta por emancipação*. Petrópolis, RJ: vozes, 2017.

GOMES, Nilma L. e SILVA, Petronilha B. G. *O Desafio da Diversidade*. In: *Experiências étnico-culturais para a formação de professores*. 3ª.ed – Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2011. – (Coleção Cultura Negra e Identidade).

MILANEZ, Felipe; SÁ, Lucia; KRENAK, Ailton; CRUZ, Felipe; URBANO, e PATAXÓ. *Existência e Diferença: O Racismo Contra os Povos Indígenas*. Rev. Direito Práx., Rio de Janeiro, Vol. 10, N. 03, 2019 p. 2161-2181. DOI: 10.1590/2179-8966/2019/43886| ISSN: 2179-8966

OLIVEIRA, I.; SACRAMENTO, M. P. . *Raça, currículo, didática e práxis pedagógica I Relações Raciais e Educação: O diálogo teoria/prática na formação de profissionais do magistério*. In: Cadernos Penesb 12, Especial – Curso ERER..Niterói: EdUFF, 2016.

SILVA, Petronilha B.G e SILVÉRIO, Valter R. (Org.) *Educação e ações afirmativas: entre a injustiça simbólica e a injustiça econômica*. Brasília: Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira, 2003.





Seção 2

Direito à Vida e Segurança Pública

“Pulsão de vida” é a potência que construiu e seguirá construindo outros mundos possíveis a partir das favelas e periferias



Thais Gomes

Baixadense, Bacharel em Serviço Social pela UFF, Especialista em Movimentos Sociais pelo NEPP-DH UFRJ, mestra em Serviço Social, no PPGSS-UFRJ. Foi estagiária da Secretaria de Administração Penitenciária- SEAP-RJ, entre 2014 e 2016. Atualmente está coordenadora executiva do Programa de Direito à vida e Segurança Pública do Observatório de Favelas.

“Ficamos plenos de esperança, mas não cegos diante de todas as nossas dificuldades. Sabíamos que tínhamos várias questões a enfrentar. A maior era a nossa dificuldade interior de acreditar novamente no valor da vida... Mas sempre inventamos a nossa sobrevivência.”

Conceição Evaristo em Olhos d’água

As reflexões aqui apresentadas celebram 20 anos de uma organização cuja razão de ser se traduz na luta intransigente pelo reconhecimento das favelas e periferias como territórios de potências e de seus moradores como sujeitos de direitos. Nesse sentido, a tarefa de pensarmos quais potências podem contribuir para o enfrentamento das desigualdades e o fortalecimento da democracia no campo da segurança pública a partir das favelas e periferias, se confunde com a nossa própria história nas últimas duas décadas.

Desde a nossa origem, atuamos na proposição de metodologias, projetos e políticas públicas que pautem a segurança pública como direito nos territórios periféricos e que tenham a valorização da vida como princípio fun-

damental. Entendemos que a luta pelo direito à vida no Brasil exige estratégias de enfrentamento de desigualdades raciais, de gênero, sexualidade, socioeconômicas, etárias e territoriais.

Essa não foi uma escolha política isolada, mas que teve e tem como solo a concretude do cotidiano dos moradores de favelas e periferias, sujeitos historicamente expostos às distintas formas de violência e que, como bem apontado por Monique Cruz, diante de contextos de exceção elaboram tecnologias de produção e reprodução de suas vidas coletivamente.

Para o desenrolar da nossa reflexão, pegamos emprestado o que a escritora Conceição Evaristo chama de *pulsão de vida*³. Para Evaristo, essa “pulsão” é a fortaleza que marca a existência da

³ Reflexão exposta pela autora no Festival utopias para revolução, que marcou a comemoração de 19 anos do Observatório de Favelas e está disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=SgBSJTz2law>.

população preta e parda, descendente de África, e das populações indígenas no Brasil, maiorias nas favelas e periferias rurais e urbanas do nosso país. É uma marca que atravessa populações, que seguem vivas, criativas, pulsantes, mesmo diante de todas as tecnologias construídas a fim de aniquilá-las. Não se trata de uma força romântica, mas de uma força que nos realoca, apesar das dores e da negação dos direitos, para a pavimentação da estrada dos que virão depois de nós.

A “pulsão” da qual fala Evaristo esteve presente nas “rotas de fuga” que traçamos com uma juventude negra e periférica, que nasceu marcada para viver, apesar do lugar em que o racismo, a desumanização e a segregação socioespacial lhes reservaram. Ela lateja na

coragem e na solidariedade dos movimentos de mães e familiares de vítimas de violência, que mesmo após o trauma da morte precoce de seus entes, transpassam o luto, ao reconstruírem mecanismos de luta por memória, verdade, justiça e reparação, tecendo a memória social dos seus e evocando a manutenção da vida de suas comunidades. Essa pulsão oxigena a rua quando os garotos brincam, pintam, dançam. Oxigena nos versos ditos numa roda de Slam no Parque União, da rima de um jovem Mc de São Gonçalo, na pelada no campo de várzea em Japeri, na insistência em cobrir com arte os furos de bala na Divisa no Conjunto de Favelas da Maré, na arte Delas cortando os vagões do transporte público, no erguer da voz de mães de vítimas da violência de Estado diante do

⁴ O “Rotas de Fuga” foi um programa do eixo de Direito à Vida e Segurança Pública do Observatório de Favelas, criado com o objetivo de construir e implementar estratégias de prevenção e criação de alternativas para crianças, adolescentes e jovens inseridos na rede do tráfico de drogas no varejo. Para conhecer: https://of.org.br/wp-content/uploads/2016/03/RotasdeFuga_Pesquisa.pdf.

⁵ “Juventude Marcada para Viver” é também o nome de uma campanha construída pelo Observatório de Favelas através da Escola Popular de Comunicação Crítica que lançava luz sobre a negação sistemática do direito à vida de jovens negros de favelas e periferias do Rio de Janeiro, reafirmando este direito e cobrando ações concretas do Estado.

⁶ “Tecendo Memórias” foi uma iniciativa desenvolvida pelo Programa de Direito à Vida e Segurança Pública, a partir do diálogo com familiares e amigos de vítimas de violência letal. Para acessar a publicação: https://of.org.br/wp-content/uploads/2019/11/TecendoMemorias_OF.pdf.

⁷ Microprojeto de Direito à Vida e Segurança Pública, “Deixa os garoto, garota e garote, brincar” de celebração dos 20 anos do Observatório de Favelas.

⁸ Integram diálogos tecidos no “Tecendo Memórias”, presentes no link da nota 4.

⁹ Em 2019, participamos junto com outras organizações e moradores do Conjunto de Favelas da Maré de uma atividade que marcou os dois anos da “Marcha Basta Violência! Outra Maré é possível”. Nesse evento, ocupamos por meio de intervenções artísticas e atividades lúdicas a “Divisa”, um local marcado historicamente pela violência armada.

¹¹ Durante todo o mês de março de 2021, o Metrô Rio exibiu nas suas televisões o teaser da primeira edição da “Cenas DELAS”, uma chamada pública, em que premiamos os trabalhos de cinco mulheres artistas de diferentes favelas e periferias do Brasil, que pautavam na agenda pública o debate sobre violência de gênero e letalidade feminina. Além do teaser nas TV’s do Metrô, esses trabalhos foram veiculados no Teleférico do Complexo Do Alemão e ainda podem ser vistos no nosso site, através do link: <https://of.org.br/cenas-delas/>.

¹² Audiência Pública da ADPF das Favelas no Supremo Tribunal Federal. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=vMBGIFmsUqQ>.

Supremo Tribunal Federal do país. É a potência que marca a existência dos sujeitos que insistem em “pulsar vida”, mesmo diante da ameaça cotidiana de morte.

É essa pulsão de vida que contribuiu, contribui, e seguirá contribuindo para o enfrentamento das desigualdades e o fortalecimento [ou seria reinvenção?] da democracia, no campo da segurança pública e na luta por qualquer direito, a partir das favelas e periferias.

Referências

EVARISTO, Conceição. *Olhos D'água*. 1. ed. – Rio de Janeiro: Pallas: Fundação Biblioteca Nacional, 2016.

(Re)existência favelada e democracia: o papel das mulheres em luta na transformação da realidade brasileira



Monique de Carvalho Cruz

Assistente Social, mestre e doutoranda vinculada ao PPGSS/UFRJ. Membro do Grupo de Pesquisa Sociabilidades Urbanas, Espaço Público e Mediação de Conflitos - Estado e Sociedade (GPSEM/PPGSS). Co-fundadora da Cátedra Internacional de Direito, Antirracismos e Racializações Esperança Garcia – CIDAREG, Pesquisadora da Justiça Global associada à ABPN e membro do Fórum Social de Manguinhos.

Introdução

Este ensaio tem por objetivo compartilhar reflexões sobre enfrentamento às desigualdades e fortalecimento da democracia a partir das favelas e periferias. Para tanto, comecemos com questões provenientes da materialidade da vida em um país que impõe, cotidianamente, limites à sobrevivência da maioria da sua população e que tem seus meios e modos de vida precarizados, especialmente, pela superexploração do trabalho.

Para fins propostos nesta reflexão, trataremos das favelas e periferias como *territórios negros*, não somente porque as pessoas negras são a maioria nos espaços empobrecidos, e têm seus corpos literalmente consumidos pelo trabalho precário, mas também pela dimensão social de como se constituíram como espaços de sobrevivência para populações (racializadas e brancas) alijadas do acesso às riquezas nacionais e ao fruto de seu próprio

trabalho (CRUZ, 2020). Importante ainda informar que partimos de um determinado lugar, bastante peculiar no que tange às favelas: o Rio de Janeiro.

Para encontrar formas de fortalecimento da democracia é preciso reconhecer o caráter racial das iniquidades no Brasil, e que nossa democracia é também promotora de massacres e fortalecedora do status quo, ao mesmo tempo em que mantém, na letra fria da lei constitucional, a possibilidade de reivindicação de direitos básicos de cidadania.

A democracia não se efetiva de maneira equânime, principalmente quando os dispositivos internos às instituições que deveriam ter um caráter democrático agem de maneira corporativa, cooptados por grupos de interesse que não visam o serviço de fato público, reforçando a estruturas excludentes.

Para Milton Santos (1982; 1985; 1997) a cidadania brasileira é uma *cidadania mutilada*. Os pobres não podem ter direitos ou os ricos perderiam seus privilégios. Para aqueles que usufruem das coisas públicas e das estruturas do Estado para a manutenção de sua riqueza promover uma “cultura de direitos” implicaria necessariamente perder privilégios.

A segunda questão está colocada na necessidade de reconhecer que a potência emanada dos territórios negros, muitas vezes miseráveis, é a potência que deve ser reconhecida, mas não pode ser romantizada. Ela é transformadora, justamente porque trata da capacidade de sobrevivência

e desenvolvimento contra as estruturas mobilizadas para proteger e enriquecer os privilegiados detentores do poder político e econômico.

Diante dos obstáculos seculares que compõem o quadro do genocídio negro (NASCIMENTO, 2016), nos interessa, então, refletir sobre possibilidades coletivas de saída de um estado de coisas marcado por políticas de morte seculares que atravessam diferentes formas de governo. É importante explicitar desde já que essas potências e saídas vêm sendo construídas a partir de ausências, precariedades e violências impostas à maioria da população, ou seja, por um estado permanente de necessidade.

A Era das Chacinas e das cidadanias mutiladas

Os Movimentos de Mães se referiram durante muitos anos à democracia brasileira como a Era das Chacinas (MÃES DE MAIO, 2012). Muitos dos movimentos que lutam contra o genocídio na contemporaneidade o fazem a partir de experiências traumáticas de homicídios cometidos por agentes de Estado que seguem ocorrendo “sem freio” e dos efeitos do encarceramento seletivo em massa. A década de 1990, marco temporal do neoliberalismo na economia, foi marcada por chacinas e massacres: Acari (1990), Candelária (1993) e Vigário Geral (1993) no RJ; Carandiru (1992) em SP; Eldorado dos Carajás (1996) no PA. Desde então, esses eventos traumáticos são cada vez mais comuns. A maior chacina do estado do Rio de Janeiro ocorreu em uma manhã, no dia 06 de

maio de 2021, em meio à pandemia da Covid-19, deixando 28 corpos espalhados pela favela do Jacarezinho.

A democracia brasileira, precedida por uma ditadura, foi marcada pela promulgação da Constituição Federal de 1988. Antes disso, passamos por 400 anos de escravidão de pessoas, adentramos a república que se constituiu sobre a violência racial, a desumanização dos não-brancos e a não-reparação pelos séculos de exploração do trabalho e dos territórios. Tivemos ainda ditaduras e governos autoritários que não foram rompidos de fato. Esses elementos, que tratam da história de nossa formação socioespacial (SANTOS, 1985) – que envolve política, economia, trabalho, e ideologias –, são elementos que demonstram como nossa democracia se

constitui dentro de uma lógica não de ruptura, mas de adequação.

Nessa adequação que manteve as estruturas políticas da exploração a qualquer custo dos territórios, das riquezas, dos corpos e das subjetividades é que se dá o esforço de reconhecer a potência que brota da precariedade e da miséria. Assim, se propõe o trato da questão como uma pergun-

ta elaborada para incluir o fato de que a democracia brasileira não pode ser “fortalecida” quando ela não existe para mais da metade de sua população. O desafio então está na questão: reconhecendo as potências como fruto de um estado de necessidade permanente e secular, como materializar a democracia com garantia de direitos?

(Re)existir: a potência que brota da luta

As populações faveladas e periféricas emanam potência porque são justamente aquelas populações que apesar de todos os obstáculos impostos à sua sobrevivência têm implementado possibilidades de elaborações materiais e políticas. Se considerarmos o impedimento do acesso à moradia digna, ao saneamento básico, muitas vezes à água potável, a produção de vida nesses espaços é potência e promove esperança.

Há séculos mulheres negras e indígenas vivem sob o poder do homem branco e ainda assim promovem vida. Lélia Gonzalez (2018) atribui a essa violência a gênese da democracia racial: o estupro que produz corpos miscigenados. Essas mulheres que produzem vida, são aquelas que compelidas por sociabilidades patriarcais racistas alimentam pessoas racializadas, em suas famílias, e na família dos outros ao vender sua força de trabalho para o cuidado.

A vida comunitária nos *territórios negros* das cidades se mantém, encontra saídas e potencializa a vida apesar das políticas de remoção, da

violência policial, das escolas e unidades de saúde sem estrutura. *Mulheres-Mães* (CRUZ, 2020) que tiveram arrancadas de si suas crianças e jovens, mesmo revivendo todos os dias a perda têm promovido junto aos órgãos competentes uma luta árdua pela não-repetição dessas dores.

A necropolítica (MBEMBE, 2018) que operacionaliza o genocídio negro no Brasil se materializa na engenharia de produção de formas de eliminar a vida em muitas dimensões. Quando pensamos em territórios negros superexplorados em sua força de trabalho, seus recursos materiais e políticos, na violência, na coerção produzida pelo Estado e suas *máquinas de guerra* há mais de quatro séculos, estamos também dizendo que há potências que elaboram em contraponto a garantia da vida.

Mutirões de construção de casas, incidência política para instalação de equipamentos públicos como creches, postos de saúde, centros de atendimento psicossocial etc., são a demonstração de que ao se promover vida, a melhora nas condições de exis-

tência, estão sendo explicitadas capacidades intelectuais, implementação de conhecimento, e disposição para transformar realidades.

Angela Davis, inspirada em outras autoras negras da Diáspora, entre elas Lélia Gonzalez, disse certa vez que quando *mulheres negras se movimentam, elas movimentam toda a sociedade*. A complexidade desta afirmação está, antes de tudo em compreender que a movimentação dessas mulheres é a força motriz da sociedade, porque elas alimentam, conhecem os territó-

rios, as instituições públicas e privadas que precisam ser acionadas nessa movimentação para a manutenção da vida e daí brotam as potências para a materialização da democracia.

Reconhecer o conhecimento dessas mulheres, a expertise sobre o não-funcionamento das instituições, sejam elas a competência que tiverem na execução de políticas públicas e a força para reivindicar o lugar da participação cidadã pode ser o motor das mudanças elementares que ainda são possíveis no capitalismo.

Considerações Finais

Condições precárias de sobrevivência limitam a participação democrática. Gastar tempo, elaborações políticas com processos burocráticos, expondo muitas vezes as dores e humilhações do sequestro, da mutilação, do estupro, do trabalho forçado, dos direitos negados em espaços e instituições ditas “públicas” pode ser mais traumático do que produtivo. Ainda assim, mulheres em todo país têm se mobilizado para acessar direitos. Mesmo a participação cidadã *é arrancada no dente, na força do ódio*.

Ao identificar que as suas demandas não serão atendidas pelo Estado, e que a sua demanda é demanda de muitos outros, esse encontro na dor que produz conhecimento promove o desvelar da racionalidade racista e excludente que edificou a estrutura social brasileira.

Essas mulheres conhecem os caminhos e os dos descaminhos do Estado, que nos mata na sua ação direta e na sua inoperância, então, quem melhor que elas para promover mudanças estruturais que permitam a materialização da democracia, que há mais de 30 anos existe em pequenos bolsões de riqueza?

Referências

GONZALEZ, L. *Primavera para as Rosas Negras: Lélia Gonzalez em primeira pessoa*. Diáspora Africana: Filhos da África, 2018.

MÃES DE MAIO. *Periferia Grita. Mães de Maio. Mães do Cárcere*. São Paulo: Fastprint e Pigma, 2012.

MBEMBE, A. *Necropolítica*. São Paulo: n-1 edições, 2017.

NASCIMENTO, A. *O genocídio do negro brasileiro*. São Paulo : Perspectivas, 2016.

SANTOS, M. *Espaço e Sociedade*. Petrópolis: Vozes, 1982.

SANTOS, M. *Espaço e método*. São Paulo: Nobel , 1985.

SANTOS, M. *As cidadanias mutiladas*. In: PIÑON, N., et al. O preconceito. São Paulo: Imprensa Oficial do Estado, 1997. p. 133-144.



Seção 3

Comunicação

Mídia e Favela - Um levante

Favelas e periferias narrando suas próprias histórias



Priscila Rodrigues

Priscila Rodrigues é jornalista. Coordena a Comunicação Institucional do Observatório de Favelas e integra o Grupo de Trabalho (GT) de comunicação do Fopir - Fórum Permanente pela Igualdade Racial. Há mais de cinco anos, atua na comunicação de iniciativas e projetos na cidade do Rio de Janeiro. Em sua trajetória destacam-se a coordenação de comunicação do Festival de cinema negro - Zóximo Bullbul (2017), da Mostra Corpos Visíveis (2018 e 2021) e da Mostra IFÉ - Amor sem Fronteiras (2021). No campo da pesquisa, é co-organizadora do E-book "Mapeamento da Mídia Negra no Brasil" (2020).

"O nível de aprimoramento de uma democracia é dado pela pluralidade de visões de mundo circulando em suas diferentes arenas políticas. De acordo com tal postulada, a democracia - ao contrário do que defende a teoria política democrática dominante - é definida não por ser o cume de uma escalada linear até o alcance da harmonia perfeita entre grupos de interesses antagônicos. Seu nível de plenitude dependerá, ao invés disso, da existência de condições de possibilidade para que se travem disputas justas entre representações e visões de mundo conflitantes."

Jailson de Souza e Silva e Thiago Ansel em Mídia e Favela (2012)

Na ocasião dos **20 anos do Observatório de Favelas** em que o desafio posto é refletir e imaginar - tendo como lente a instituição, o campo da comunicação e as favelas e periferias - as potências revolucionárias futuras, nada me parece mais adequado que iniciar com um trecho de *Mídia e Favela*¹². Como uma alegoria "Abre alas", é sobre o respeito e a dignidade de afirmar que pra me banhar nas águas do hoje teve quem fez nascer riacho, muitas vezes em solo seco. Saúdo assim as/os que vieram an-

tes e possibilitaram que eu pudesse tecer essa breve reflexão.

Embora quase dez anos separem as linhas que escrevo do lançamento de *Mídia e Favela* e dada as atualizações de quem experiencia com entusiasmo o seu tempo, afirmo que estão alicerçadas ali as estratégias institucionais para, a partir da comunicação, perseguir a missão de contribuir com a superação das desigualdades e o fortalecimento da democracia. Sendo estas **1.** produzir contranarrativas sobre as favelas e periferias

¹² ANSEL, Thiago; SILVA, Jailson. *Mídia e Favela*. 2012. Disponível [AQUI](#).

e suas/seus moradoras/es; **2.** promover a formação de sujeitas/os faveladas/os e periféricas/os para que possam disputar narrativas sobre si e seus territórios; **3.** tensionar a mídia hegemônica para a produção de narrativas outras; **4.** implicar o Estado na construção de uma comunicação mais democrática.

Sendo assim, o Direito à Comunicação construído e materializado a partir das favelas e periferias é uma - das nossas tantas - utopia. E como conjugamos utopia enquanto horizonte que conduz a ação, aponto abaixo um pouco dos caminhos trilhados, seguindo como método a tecnologia ancestral¹³ de olhar o passado para imaginar futuros.

No exercício de semear a terra para a colheita futura, voltemos a 2005, momento da criação da *Escola Popular de Comunicação Crítica (ESPOCC)*¹⁴. Ao lado do *Imagens do Povo e da nossa Escola de Fotógrafos Populares*¹⁵, inaugurada um ano antes, a ESPOCC propunha interfaces entre a iniciação profissional, o entendimento crítico e a potência transformadora do *comunicador popular*¹⁶. Formando, assim, centenas de pessoas, sobretudo oriundas de territórios populares, para disputar, a partir da comunicação e de forma qualificada e contundente, narrativas sobre as favelas e periferias. Entre os inúmeros trabalhos realizados pelos participan-

tes da ESPOCC se destaca a campanha *Juventude Marcada para Viver* que, assim como o Abdias do Nascimento¹⁷ o fez 40 anos antes, denunciava o genocídio em curso da população negra no Brasil, sobretudo da juventude negra, trazendo a dimensão da garantia da vida como fundamento.

É impossível não traçar um paralelo entre iniciativas como as supracitadas - e tantas outras que se constituíram com objetivos semelhantes nos diversos cantos desse país - e o cenário que temos hoje: em que cada vez mais moradoras/es de favelas e periferias, negras/os, mulheres e LGBTQIA+ contam outras histórias sobre seus próprios territórios e existências, seja fortalecendo e criando mídias comunitárias, negras, alternativas ou mesmo ocupando espaços da mídia hegemônica. Já não é possível definir impunemente como “Bunker de bandidos”¹⁸ um território em que habitam aproximadamente 140 mil pessoas, como a Maré, sem que uma onda nas redes sociais, protagonizada por comunicadoras/es faveladas/os, aponte, questione e crie a contranarrativa #MaréBunkerDePotências¹⁹.

Podemos traçar um paralelo, também, quando, diante da crise sanitária, social e política ocasionada pela pandemia de COVID-19, ações de comunicação, como a *Campanha Como se Proteger*

¹³ Em alusão à Sankofa (Sanko = voltar; fa = buscar, trazer) origina-se de um provérbio tradicional entre os povos de língua Akan da África Ocidental que pode ser traduzido por “não é tabu voltar atrás e buscar o que esqueceu”.

¹⁴ Projeto de formação em comunicação do Observatório de Favelas.

¹⁵ Projeto de formação em fotografia realizado pelo Observatório de Favelas e pelo fotógrafo documentarista João Roberto Ripper.

¹⁶ Idem nota 1.

¹⁷ NASCIMENTO, Abdias do. O genocídio do negro brasileiro: processo de um racismo mascarado, 2016.

¹⁸ Reportagem do portal G1 em 26/08/2021 tinha como título original “Bunker de bandidos: Complexo da Maré tem 244 foragidos da justiça”. Após as críticas, o título foi alterado.

¹⁹ A hashtag (#) esteve durante todo dia seguinte à reportagem nos trends topics do twitter figurando entre os assuntos mais comentados do dia. foragidos da justiça”. Após as críticas, o título foi alterado.

do *coronavírus*²⁰ - ao lado da distribuição de itens de higiene e cestas básicas, arrecadação de verba para distribuição de auxílio financeiro e atendimento psicológico e/ou jurídico - se destacuem entre as principais formas de atuação de organizações, frentes e coletivos, buscando mitigar os impactos da pandemia nas favelas e periferias, como mapeia a edição 10 do *Mapa Social do Corona*²¹. Essa é uma constatação emblemática. É a afirmação, a partir das favelas e periferias, da comunicação enquanto urgência, enquanto direito fundamental.

Como um levante, em todos os cantos deste país, moradoras/es de favelas e periferias, pessoas negras, mulheres e LGBTQI+ têm tensionado os monopólios de fala, além de questionado e produzido outras representações sobre suas existências e territórios. Honrando a natureza revolucionária com a qual estamos comprometidos, somos conscientes da longa e árdua jornada à frente. E que os caminhos sonhados em 2001, semeados em 2005, alicerçados em 2012 e reafirmados em 2020 e em 2021 sigam abertos.

²⁰ Campanha de comunicação do Observatório de Favelas. Acesse o conteúdo em <https://of.org.br/como-se-protger-do-coronavirus/>

²¹ Pesquisa realizada pelo eixo de Políticas Urbanas do Observatório de Favelas.

Acesse as 11 edições do Mapa em <https://observatoriodefavelas.org.br/acervo-type/mapa-social-do-corona/>

Por uma ação transformadora das favelas: *a potência das vozes silenciadas*



Rosane Borges

Rosane Borges é Jornalista, doutora em ciências da comunicação, professora colaboradora do Colabor (ECA-USP) e do Grupo de Pesquisa Estética e Vanguarda.

1. Das bordas, das margens: processos de reinvenção e de reexistência

A afirmação segundo a qual o Brasil não é um país pobre, mas profundamente desigual, tornou-se um dado imperturbável. A disseminação de favelas em todo o território nacional é prova cabal da má distribuição de renda e do *déficit* habitacional no país. O capitalismo do final da primeira metade do século XX e início da segunda, fruto de uma "modernização tardia", forçou uma migração acelerada da área rural para a urbana. Em poucas décadas, deixamos de ser um país rural, agrário, para nos tornarmos um país urbano, industrializado (a França, por exemplo, levou séculos para conseguir o que o Brasil alcançou em duas ou três décadas no que tange à mudança de perfil da população nesse quesito).

Embora tenham se espalhado nas grandes cidades nas décadas de 40 e 50, tal como incêndio florestal,

atingindo o cume no final da década de 60 e início de 70 do século passado, os primórdios das favelas remontam ao século XIX, com contornos marcadamente raciais: ex-escravizados, postos à margem da vida nacional, eram obrigados a sair dos espaços centrais, por onde a economia pulsava, e levados a habitar as franjas dos territórios. Tal como a sombra segue a luz, as favelas constroem os projetos de urbanização e moradia até agora postos em marcha. Segundo o IBGE, cerca de 13,4 milhões de pessoas (7% da população) vivem em aglomerados subnormais. O IBGE identificou 6.329 favelas em todo o país, localizadas em 323 dos 5.565 municípios brasileiros.

De que forma essa realidade incontornável provoca movimentos de reação capazes de dar ação protagonista aos múltiplos movimentos gestados nas e pelas favelas? De que

maneira podemos pensar na necessária mudança social tomando as experiências em curso das e dos habitantes das bordas?

Um ponto de partida essencial é considerarmos que, se de um lado, os habitantes da borda são alvo constante de um Estado repressivo, de toda sorte de destituição e violação, de outro, constroem modos de resistência e reexistência potentes com força para incidir na reconfiguração da política em sua dimensão abrangente.

O sociólogo Max Weber afirmou que é preciso estar à altura do cotidiano – qualidade que parece nos escapar num cenário distópico. Além de proficiência analítica, é preciso também ter coragem, como diria Guimarães Rosa, para discutir que Estado outro pode ser pensado, já que na atmosfera neoliberal o próprio Estado é

reduzido, transformado e torna-se um mero agenciador do mercado. Hanna Arendt também vem ao nosso auxílio. Segundo ela, “é preciso sair em visita e treinar a imaginação” (1994, p. 13). Não tenho dúvidas de que é dessa imaginação que se poderá erigir novos alicerces e novos paradigmas. A imaginação política vem sendo uma plataforma fundamental nos processos de criação e recriação da democracia.

É preciso desertar de um pacto institucional, de um arco de alianças, de um horizonte econômico, de um marco jurídico, de um sistema de representação, que, *per si*, excluem a possibilidade da transformação necessária e impede a participação efetiva dos condenados da terra na distribuição do poder.

2. Habitantes das bordas: protagonistas de um novo pacto civilizatório

Não nos enganemos. O que este estado de coisas reivindica são novas formas de configuração da política, posto que o país fracassou fracorosamente, o Brasil perdeu para o Brasil. Nessa tarefa de sair em visita e treinar a imaginação, como aconselha Arendt, mostra-se urgência política e imperativo ético instituir novas formas de reflexão e ação, dar vazão ao inominável, ao imponderável, ao indomável. Que tipo de subjetividade pode sustentar de forma protagônica uma insurreição e propor o desenho e abertura de novas rotas?

São das mais profundamente

excluídas que poderemos ouvir vozes que enunciem um universal sobre o alcance dessa tarefa. Faço aqui um paralelo que não é apenas recurso retórico: embora a Revolução Francesa tenha colaborado com os ideais universalizantes, emancipatórios e igualitários para o que se designou como homem e humano, não foram os colonos brancos desta Revolução que puderam enunciar este universal. A Revolução Francesa só se transforma em fato da história mundial quando ela é apropriada pelos escravizados contra os próprios senhores, como aconteceu com a Revolução Haitiana.

Espero ter dito o suficiente para enfatizar que não é possível uma reconstrução de país sem que essas vozes participem das instâncias decisórias em prol de uma transformação profunda. São elas que vêm sinalizando para novos léxicos, novos conceitos, novos paradigmas, novos ethos. De forma radical nos apontam que:

O que é necessário opor aos planos de austeridade é uma outra ideia de vida, que consista, por exemplo, em partilhar em vez de economizar, em conversar em vez de calar, em lutar em vez de sofrer, em celebrar as vitórias em vez de invalidá-las, em se aproximar em vez de manter distância. Não é possível, por exemplo, medir o tamanho da força que os movimentos indígenas do subcontinente americano ganharam ao assumir o *buen vivir* como afirmação política. Isso traça, por um lado, um claro perfil daquilo pelo que e contra o que se luta e, por outro, abre a porta para a descoberta serena das mil outras formas de entendimento da “boa vida”, formas que apesar de diferentes, não são inimigas, pelo menos não necessariamente. (Comitê Invisível, 2016, p. 41).

As expressões comunicativas nas/das favelas subscrevem, em sua maioria, outro conceito de vida e de desenvolvimento, se contrapõem ao neoliberalismo, afastando-se de qualquer armadura dele decorrente: “não basta apenas lutar por reconhecimento, é preciso questionar as normas que antecipadamente estabelecem o reconhecimento diferenciado” (2015, p. 32), lembra Judith Butler. Historicamente, os habitantes das margens, as populações favelizadas, compostas densamente por negros e os terrivelmente outros, vêm criticando essas normas, dando ênfase para a necessidade de novos arranjos, exortando a sociedade brasileira para zerar o jogo, formular novas propostas que tragam de volta a Política, com P maiúsculo, para o epicentro de um mundo que se despedaça, evocando o escritor nigeriano Chinua Achebe.

Alerta: recomeçar, laborar formas diferentes e inaugurais, não signi-

fica, contudo, flertar com a tábula rasa, retornar ao grau zero. Pelo contrário. Significa, antes, inventariar reflexões, sonhação e práticas que há muito estão elaborando outro mundo. Na escuta de cada época, mulheres negras e todos os habitantes das bordas do sistema vêm propondo outras formas de reconfiguração da política, antevendo as catástrofes que começam arruinando as beiradas: “da beirada se pode ver todo tipo de coisa que não se pode ver do centro. Grandes coisas, inimagináveis, as pessoas na borda veem primeiro” (Vonnegut, 1975, p. 42). Trata-se, como disse Walter Benjamin, de movimentos de vidência: “nas circunstâncias ordinárias, a maior parte das pessoas acaba por ver, mas quando já é demasiado tarde, quando já se tornou impossível não ver e quando isso não serve mais a nada”. (1990, p. 32)

Sob esse ponto de vista, as ações desenvolvidas nas favelas se tornaram

fenômenos de vidência: “parte da sociedade via o que ela continha de intolerável e via também a possibilidade de algo diferente” (BENJAMIN, 1990, p. 23) que manufatura uma filosofia, um sistema de vida, uma proposta política que recusa, radicalmente, os princípios do capitalismo, da violação da vida e dos direitos.

Contra o receituário do neoliberalismo, é preciso defender a vida em plenitude. Contra os vitupérios à democracia, é preciso reafirmá-la de maneira intransigente. Contra os ataques às múltiplas existências, é preciso garantir o direito às formas variadas de ser e estar no mundo.

Em todos os períodos da nossa história foram os excluídos, os terrivelmente outros, os favelizados que denunciaram o déficit democrático que acompanha a história do Brasil, bem antes das obras de Manuel Castells e Levitsky tornarem-se referências obrigatórias. Foram elas a bradar altivamente contra a hegemonia de um humano (branco, ocidental, cristão, cis, hétero, chamando inclusive a atenção do feminismo branco de que bebia da mesma fonte deste poço hegemônico ao não pluralizar a noção de mulher).

As eleições de 2018 tiveram, inegavelmente, caráter plebiscitário. Fomos às urnas para decidir qual paradigma iria orientar a vida institucional nos próximos quatro anos. Foi uma luta entre as luzes do poder e os lampejos dos vaga-lumes (a metáfora dos vaga-lumes foi poeticamente destrinchada pelo crítico de arte Didi-Huberman, 2001). A luz intermitente desses pequenos seres resiste, persiste em

iluminar o obscurantismo que cobriu o nosso céu.

Uma das avaliações deste nosso momento tormentoso considera que, quando não ajustamos as contas com a história, ela volta a nos assombrar. A repetição, o recalcado, ocorre quando faíscas do passado soterrado podem ser identificadas nas malhas do presente. Como a espada de Dâmocles, trejeitos da ditadura militar retornam, ainda segundo essa visão, colocando em cena a ameaça do auto golpe. Mulheres e homens negros dão consistência a esse argumento enfatizando que a espada que se levanta contra o nosso pescoço tem uma extensão que alcança a escravidão e o patriarcado.

Os vaga-lumes estão aí para dizer que realmente o buraco é muito mais embaixo e que recua não à casa de 1964, mas àquela em que os embriões do autoritarismo de hoje nasceram e floresceram, cultivando a escravidão como um modo de vida que se queria perene para alguns (Reforma Trabalhista, Reforma da Previdência, Liberdade econômica estão aí para reafirmar esse postulado).

Mas como escutar a voz de um segmento que segue na base da pirâmide, vítimas de iniquidades, da violência obstétrica, do feminicídio? Como levar em conta as experiências de quem é sistematicamente violado do seu direito de habitar dignamente? Quais as potências que surgem a partir da luta cotidiana por direitos e justiça?

Podemos talvez principiar por refletir sobre essa questão considerando o lugar dos subalternizados no

jogo político deste país, interditados pela fala na efetiva participação na produção e usufruto do comum. Lembrando Spivak, poderíamos indagar: Pode o subalterno falar? Ao que ela responde: o subalterno não é aquele que não pode falar, mas aquele que não pode ser ouvido.

Quando se concede a possibilidade de escuta, essa subalternidade ingressa no sistema político como alguém a quem o Estado deve prover. Quase nunca como alguém que detém a capacidade de definir os destinos de uma coletividade. Exemplo irretocável: os governos petistas promoveram mudanças substantivas no campo da expansão dos direitos para negros, mulheres, população LGBT-QI+, povos indígenas e quilombolas, mas estes permaneceram na dinâmica política como beneficiários das políticas públicas, o que deixou brechas para questionamentos acerbos a respeito da democracia inacabada para esses grupos mesmo numa atmosfera inequívoca de inclusão.

É preciso, assim, uma compreensão coletiva de que é fundamental

para qualquer proposta de aperfeiçoamento democrático, agora posto sob suspensão, uma antecedência que diz respeito à reconfiguração do comum, entendendo este comum como um espaço em que se percebe a divisão entre espaços, tempos e formas de atividade desempenhadas pelos sujeitos que possuem a capacidade de definir como eles tomam parte no processo de repartição do visível, do audível e do reconhecível.

Lélia Gonzalez quando inicia sua conferência na PUC do Rio de Janeiro declarando que “o lixo vai falar e numa boa” estava incidindo sobre essa deformação democrática brasileira. Levar minimamente em conta o que este enunciado ensina para o momento presente supõe dele extrair a seiva para que de fato viremos o jogo e, quem sabe, se aviste logo ali um mundo em que a vida de cada e de todos(as) efetivamente importa. E as resistências e reexistências das periferias e das favelas despontam em sua potência transformadora nos ensinando que, sim, é possível transgredir para existir.





Seção 4

Políticas Urbanas



Aruan Braga

Bacharel em Ciências Sociais pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (IFCS/UFRJ) com licenciatura em Sociologia (FE/UFRJ). Mestre pelo Programa de Políticas Públicas, Estratégias e Desenvolvimento (IE/UFRJ). Atuou como gerente de projetos na Prefeitura da Cidade do Rio de Janeiro (IPP/PCRJ) e também como consultor da Organização das Nações Unidas (ONU) para o Programa UPPSocial.



Junior Pimentel

Mestrando em Arquitetura e Urbanismo pela Universidade Federal da Bahia-UFBA. Graduado em Arquitetura e Urbanismo pela Universidade Federal Fluminense- RJ. Técnico em Edificações pela Escola Técnica Estadual Ferreira Viana - RJ. Tem experiência em projetos de Regularização Fundiária de Interesse Social, estabelecendo diálogos entre associações de moradores, sociedade civil e gestores públicos; projetos de arquitetura e urbanismo, Trabalho Técnico Social e Assistência Técnica para melhorias habitacionais. Possui também experiência nas áreas de conservação e restauro, na salvaguarda e tutelas de bens e conjunto arquitetônico e paisagísticos tombados, assim como atuação técnica em oposição às irregularidades urbanísticas, irregularidades no campo da mobilidade urbana e transportes. Atualmente é Pesquisador do eixo de Políticas Urbanas do Observatório de Favelas.

O futuro das cidades a partir das favelas

Construir a cidade a partir das favelas e periferias é uma das características centrais do Observatório de Favelas em seus recém completados 20 anos de existência. Para sermos mais exatos, procuramos propor uma cidade a partir da potência dos espaços populares e suas moradoras e moradores, construindo, para isso, conceitos, metodologias, ações e outros inventos que nos permitem disputar e incidir sobre as políticas públicas a partir deste lugar. No momento em que celebramos duas décadas de organização, propomos aqui um exercício simultâneo de retorno às nossas bases e avanço a caminhos futuros, num movimento que parte das raízes, a base, até as folhas e frutos que ainda estão por vir.

Apesar dessa vocação histórica para agir sobre as dinâmicas urbanas, a vertente de políticas urbanas vem se consolidando de forma mais efetiva nos últimos anos, quando se deu a sistematização das metodologias e ações do Território Inventivo, tecnologia social criada e desenvolvida desde 2014 e que funciona como projeto guarda-chuva das iniciativas nesta área.

A perspectiva que fundamenta nossas ações não *faz curva*: partimos do **Paradigma da Potência** dos territórios populares, assim como da **Pedagogia da Convivência** das favelas e periferias e do que chamamos de **urbanismo popular insurgente**, para propor e construir caminhos de superação dos estigmas e representações socioespaciais que organizam a sociedade e que estão diretamente ligadas às desigualdades estruturais. Nesse sentido, a partir do Território Inventivo, temos criado ações, pesquisas, mapeamentos, formas de disseminação de saberes e de incidência política em pautas e agendas da cidade, procurando a mobilização e a articulação com diversos grupos e organizações, no sentido de fortalecer e ampliar a participação de atores e atrizes populares nestes processos.



Lino Teixeira

Arquiteto urbanista pela Puc-Rio e atua como pesquisador e ativista na área de políticas urbanas. Desde 2014 integra o Observatório de Favelas e atualmente coordena a área de Políticas Urbanas. Nesta caminhada, trabalhou também em outras organizações da sociedade civil no conjunto de favelas da Maré, como a Redes da Maré e o Instituto Maria e João Aleixo. Realiza mestrado em Geografia pela UFF pesquisando as relações entre o funk e as favelas na cidade do Rio de Janeiro.



Michella Maia

Graduada e mestra em geografia pela UFRuralRJ. Pouco antes de entrar na universidade, trabalhava com educação ambiental na Ong EcoRede. Logo após iniciar os estudos na UFRRJ-IM, ingressou no grupo PET-Geografia, no qual realizava pesquisas dentro da temática de direito a cidade, e depois se tornou bolsista de iniciação científica (IC). Na IC trabalhou com geoprocessamento voltado para análise ambiental. Sua pesquisa foca em estudar os conflitos ambientais nas unidades de conservação da Baixada Fluminense. Após concluir a universidade, trabalhou no IBGE, na Base Territorial com a edição da malha dos setores censitários e também como mediadora presencial das áreas técnicas para a geografia no CEDERJ. Atualmente é Pesquisadora do eixo de Políticas Urbanas do Observatório de Favelas.

No início de 2020, estávamos encerrando um longo e rico processo de sistematização do Território Inventivo, consolidando as ações e metodologias desenvolvidas desde 2014 em vídeos, publicações e ações públicas de disseminação, quando fomos surpreendidos pela avalanche de notícias que davam conta de uma pandemia que estava em vias de se alastrar com impactos até então incalculáveis. Ainda em abril, a partir da provocação de Jorge Barbosa, fundador do Observatório de Favelas, empregamos algumas das ferramentas dessas metodologias para mapear o avanço da covid nas periferias cariocas²², promovendo a articulação e a formação de protagonistas de favelas envolvidos em ações de solidariedade em seus territórios²³ e a difusão de uma agenda coletiva²⁴, baseada na experiência desse grupo, para o enfrentamento da pandemia nas cidades. Nos propusemos a colocar a experiência do eixo de Políticas Urbanas ao lado de outras iniciativas de periferias voltadas para a diminuição do impacto da pandemia nos territórios populares.

Os resultados colhidos e observados dão conta de um cenário que já prevíamos: o aprofundamento dos indicadores das desigualdades sociais, aliadas às limitações não só de acesso à Saúde mas a direitos urbanos fundamentais, como o acesso regular à água potável e às condições de salubridade das habitações, para citar apenas algumas das características mais evidentes. O impacto assimétrico da Covid-19 entre diferentes grupos sociais revela as estruturas profundamente desiguais que conformam nossa sociedade, calcadas na distinção corpórea de direitos expressa nas dimensões de raça, gênero e território.

No entanto, de forma simultânea ao avanço da pandemia, emergiram com grande força nas periferias cariocas diversas iniciativas, ações, coletivos e lideranças que passaram a protagonizar redes de solidariedade auto organizadas cujos impactos po-

²² <https://observatoriodefavelas.org.br/acervo-type/mapa-social-do-corona/>

²³ <https://observatoriodefavelas.org.br/protagonistas-da-solidariedade-em-rede/>

²⁴ https://observatoriodefavelas.org.br/wp-content/uploads/2021/12/agenda_prottagonistas.pdf

sitivos ainda estão sendo reconhecidos. Diante das estruturas desiguais e da ineficiência de políticas públicas, as ações coletivas construídas pelas populações periféricas tiveram papel determinante na melhoria dos indicadores de saúde em diversos territórios. As distintas formas de atuação, realizadas por lideranças, coletivos e organizações, revelam estratégias coletivas consistentes, muitas vezes inovadoras, cujas características indicam novos caminhos, agendas e protagonistas capazes de disputar e reconstruir a cidade num sentido menos desigual e mais democrático.

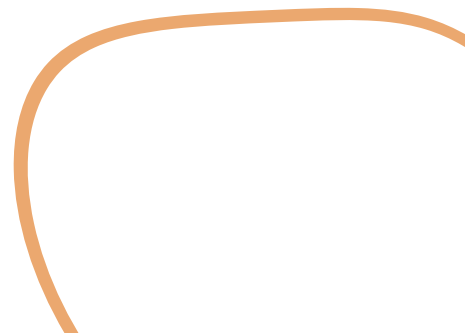
Nesse sentido, as formas de auto organização e gestão participativa presentes historicamente nas favelas, as táticas relacionadas ao *quilombismo*, conforme proposto por Abdias do Nascimento, e a força das lideranças femininas, em sua maioria negras, tanto na gestão do lar quanto protagonizando ações de solidariedade, são algumas das características fundamentais das iniciativas populares encontradas, que devem ser assumidas como referências para as urgências do presente e também para o enfrentamento das desigualdades estruturais.

Utopias de futuro

Seja nas formulações e intervenções embrionárias do Observatório de Favelas, seja nas realizadas recentemente, a dimensão do imaginário social e da utopia são indissociáveis e marcam um campo de disputa que ultrapassa a reprodução material das desigualdades e se organiza também a partir do capital simbólico, da representação social, da linguagem e da semiótica.

Nesse sentido, o Afrofuturismo se apresenta com uma perspectiva que faz convergir utopia e ficção com o objetivo de cobrir lacunas e apagamentos, mas aponta, sobretudo, para um novo horizonte de sentidos. Um outro futuro.

Uma das chaves para ele reside na solidariedade, que não deve ser entendida apenas como um elemento altruísta de benevolência, mas apropriada em seu sentido político, capaz de transformar relações de poder. Referências não nos faltam. Desde nossos ancestrais indígenas, guias práticos de co(existência) no mundo, passando pelos quilombos, a experiência de re(existência) em essência, chegando às favelas e suas potências de convivência. Observamos e lutamos, a partir daí, por um novo futuro possível.



A resistência e a vida a partir da luta dos espaços pretos



Luciana S. Mayrink

Luciana Mayrink, Arquiteta Urbanista, Mestre em Arquitetura pelo PROARQ-UFRJ, estuda Política e Planejamento Urbano pelo IPPUR-UFRJ. Coordenadora do Br Cidades Núcleo RJ, Vice-presidente e Coordenadora da Comissão Temporária de Equidade e Diversidade do CAU RJ, Cofundadora da Coletiva Terra Preta Cidade e Consultora da Pauta Cidades e Favelas do Mandato Tainá de Paula na CMRJ.

Momentos que marcam a sociedade definem os caminhos a serem trilhados por todos, atualmente estamos em um. Todos os nossos distintos trânsitos, acúmulos e bagagens são sempre intensamente atravessados por vivências, histórias, memórias e afetos. A vivência em sociedade e o dia-a-dia da cidade são determinados a partir de escolhas, nem sempre feitas por nós. Os momentos de crise, sejam eles quais forem, mudam os rumos da história e evidenciam em qual caminho você está destinado a estar. É claro que isso não é unânime, mas políticas públicas, projetos de lei, planos diretores, planejadores de cidades são identificadores dos marcadores que definem, a partir da política, que tipo de

cidadão você é. Desdobrando essa ideia a partir da Coletiva Terra Preta Cidade, temos como objetivo pensar e falar sobre as cidades, as vidas contidas nelas e também seus transbordamentos. Como mencionamos no primeiro episódio do nosso podcast: “Nos interessa a interlocução como gesto gerador, capaz de tecer cartografias feministas afro-diaspóricas, que articulam “raiz e errância” (em referência a Edmilson de Almeida Pereira) e que vazam em palavra com cheiro-força de terra e mar, como bem associa a escritora Cristiane Sobral em seu poema intitulado ‘águas’”. A Terra Preta Cidade discute trânsitos, memórias, re-existências e o des-embranquecimento da Cidade e da Arquitetura.

Porque “des-embranquecer a cidade” significa repovoá-la com um tanto de coisa que foi sequestrada dela, como se não fosse digno, relevante, próprio ou real.

Coletiva Terra Preta

Compreender o local social de cada ator implica em admitir que a Interseccionalidade recorta e permeia cada encruzilhada do tecido urbano. A partir do pensamento de Montaner e Maxi (2014), a visão totalizadora e monolítica da época pós-moderna vem, ao longo das últimas décadas, dando lugar ao desejo da cidade de domínio público que agrega a pluralidade e intenciona o cruzamento de classe, raça e gênero, assumindo a necessidade da Interseccionalidade (COLLINS, 2021) como ferramenta analítica destes indivíduos que tomam e retomam o espaço público. A cidade é discursiva e politicamente construída por determinados setores, agentes e sujeitos, e quando resiste à compreensão de sua complexidade, se torna uma ficção pequena, pobre e incompleta, quando aparta, minimiza, subjuga e demoniza, aquilo que, ao contrário, lhe permite e assegura que a vida não se acabe (LEANDRO et al, 2019). Numa visão mais epistemológica das cosmologias que envolvem o sujeito no território, entender o passamento violento que a democracia moderna lhe impôs não é algo difícil. Levando em consideração fatores políticos, tecnológicos, demográficos, epidemiológicos e até mesmo botânicos, todas estas ferramentas técnicas contribuíram para as conformações cidadinas de uma América Latina Afro-diaspórica colonizada. A partir desta construção, não podemos reivindicar menos do que a cidade enquanto território de direito ancestral. Afinal, segundo Sodré (2019), os espaços que aqui se refaziam a partir da africanidade no Brasil tinham motiva es ao mesmo tempo

m ticas e políticas, indo para além do significado das resistências enquanto mocambos (quilombos), representando recursos radicais de sobrevivência grupal com uma forma comunal de vida e modos próprios de organiza o.   claro que a imposi o colonial organizacional de cidade não lhes cabia ou sequer lhes fazia sentido e adaptar-se ao modelo colocado foi uma condi o que adveio da expressão máxima de soberania colonial (MBEMBE, 2018).

A conexão dos territórios e o encurtamento dos distanciamentos geográficos se deu ao movimento de corpos pela diáspora que Beatriz Nascimento (2021) e seu "corpo-mapa de países longínquos" nos chama   responsabilidade e desafia todos nós a libertar a "memória dos conteúdos estereotipados", como ela dizia. A partir das rotula es e dos apagamentos, nos dispersamos pela América tendo raízes arrancadas e a conseqüente dispersão dos negros africanos pelo mundo foi impulsionada no período da coloniza o, imigra o esta, forçada através do tráfico transatlântico de escravizados. Como afirmamos no nosso segundo episódio: "Como descendentes dessas negras e negros, nossa condi o de existência no presente acumula esse processo histórico. E independente de estarmos no Brasil, Estados Unidos, ou América Caribenha, esse fato comum nos conecta." (LEANDRO et al, 2019)

A condi o diaspórica povoou o território afro-latino-americano marcado pelo biopoder e o interesse político em ditar a utilidade de cada vida ou o simples descarte dela.   época, a pol ti-

ca era existente apenas para uma parcela da população que tinha raça, cor, sobrenome e propriedades. Desde então, as coisas não mudaram tanto, a injustiça social está estabelecida e reforçada com a negligência do Estado de exceção em que vivemos. Mbembe (2020) relata a tentativa de controle da violência dos corpos e que esta teria sido substituída pela força das formas, que a regulação dos comportamentos, o controle das condutas e a prevenção da violência efetuariam rituais aceitos, no entanto acerta quando adverte que houve apenas o abafamento da crueldade da democracia contemporânea.

O aumento das fronteiras, dos muros, das cercas emerge de uma necessidade de sentimento de proteção de uma violência que só é aumentada a partir da segregação causada por um planejamento falido. Montaner e Muxi (2014) afirmam que a segregação não é um processo definitivo, que estas fronteiras de domínio são quentes e frágeis e podem cair de maneira imprevista, como no caso da pandemia que vivemos hoje. Alguns teóricos, não por acaso parcela da branquitude, vem afirmando que vivemos um momento de recomeço positivo a partir da pandemia ocasionada pelo COVID-19, elencando momentos semelhantes de mudanças sociais como a assinatura da Lei Áurea em 1888 e a década de 1920. Dois momentos em que líderes nacionais teriam se unido para desenhar o futuro da sociedade brasileira, como um projeto que teria dado certo e que teria nos evoluído enquanto população. É triste como a branquitude não consegue ver. Os territórios negros

nunca foram pensados e projetados como parte da cidade ou sequer reconhecidos pelo poder público em algum tipo de futuro desejável, pelo contrário, projetos eugenistas de miscigenação da população negra com objetivo de embranquecer estes sujeitos foram implantados, como se esta fosse uma solução para um problema muito maior criado por esta mesma elite. Segundo Nascimento (2019), as ideias de inferioridade biossocial, da miscigenação compulsória e o mito da democracia racial foram compradas e praticadas sem pensar nos territórios e sem levarem consideração todos os habitantes da cidade. A condição que acabara de ser imposta a eles não foi sequer considerada e evidenciou a negligência desses líderes que resultou em diversos problemas sociais como o déficit habitacional e políticas de exclusão de um Brasil há pouco ainda colonial. Em mapas atuais, os territórios negros são representados como vazios no papel, mal aparecem suas ruas, seus becos, seus números, não são espaços dignos da cartografia para a branquitude. Os Espaços pretos atualmente são resistência e vida a partir da luta, porque existir contra a necropolítica imposta é algo inexplicável. Estes não-lugares para a população de classe média e alta, espaços que não constam nos aplicativos de rotas, possuem cultura pulsante, tradições de família, trabalho diário e trânsito por toda a cidade.

Este realmente é um momento de repensarmos a sociedade, as nossas cidades, nossas conformações sociais, nossas dinâmicas intramuros. No nosso terceiro episódio afirmamos: “O trânsi-

to acumula distintas temporalidades e geografias. Ousamos ampliar essa noção para além dos trânsitos mais distanciados das muitas Áfricas e incorporamos os trânsitos recentes”.

Entender os deslocamentos das cidades a partir de territórios negros nos carrega diretamente a questionar: quem é o sujeito que faz o trânsito diário entre todos os tipos de tecidos urbanos? Estes trânsitos cotidianos, o “corre da existência” diário pela cidade, subindo e descendo rua, pegando ônibus, metrô, carro, adentrando e integrando lugares. Entendemos que esses diferentes deslocamentos são componentes indissociáveis dessa vida multifacetada e quem melhor para demonstrar essa movimentação de energia pelas conexões urbanas senão a mulher negra.

Os marcadores de gênero e raça impostos à mulher negra conflitam em lutas majoritariamente engendradas por grupos separados. Segundo Hooks (2020), quando falam sobre pessoas negras, o sexismo milita contra o reconhecimento dos interesses das mulheres negras. E quando falam sobre mulheres, o racismo milita contra o reconhecimento dos interesses de mulheres negras. Por isso é raro sermos reconhecidas como um grupo independente e distinto dos homens negros ou integrante de um grupo maior de mulheres nesta cultura colonizada e ocidentalizada.

As geografias incorporadas nas mulheres negras brasileiras também não cabem em Áfricas específicas. São todas e outras, ao mesmo tempo. Porque sua corporeidade é constituída nos sistemas simbólicos afro-brasileiros, na especificidade e riqueza dessa condição. No trânsito de todos aqueles tempos que falamos anteriormente. Dos deslocamentos históricos aos cotidianos, dos encontros e culturas que foram sendo inventadas nessa vida que partilhamos aqui, dos lugares e das terras que encontramos para viver.

Coletiva Terra Preta

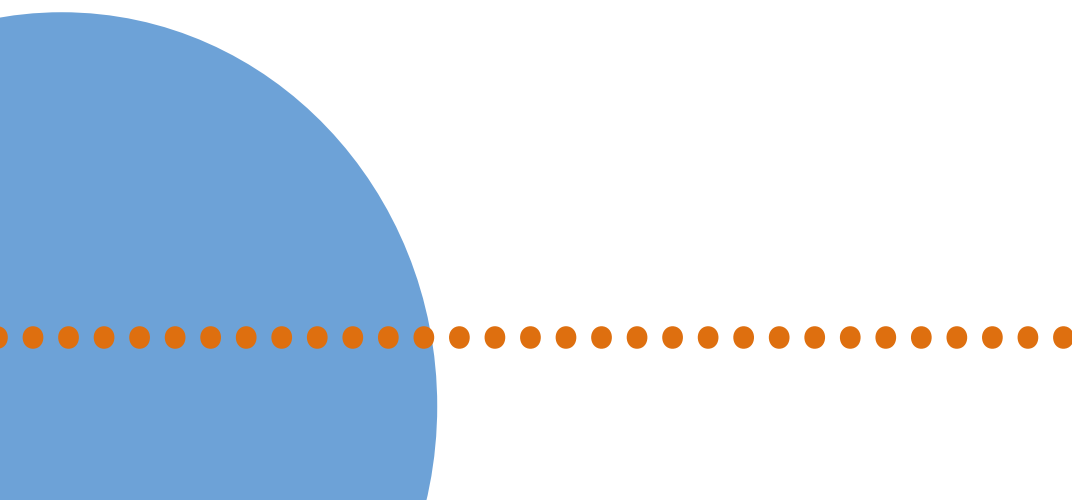
O conceito de território de Milton Santos nos permite ver essa tensão quando diz que: “O território é a base do trabalho, da residência, das trocas materiais e espirituais e da vida, sobre os quais ele influi. Quando se fala em território deve-se, pois, de logo, entender que se está falando em território usado, utilizado por uma dada população. “O território da mulher negra é muito maior, ela permeia classes, raças, caminhos, condomínios e bicos, espaços que a branquitude ignora. Essa mulher negra que conhece a cidade como ninguém é a detentora do saber para onde devemos ir. Estamos há muito caminhando sobre ruas desenhadas por uma elite branca que não entende o Brasil de todo dia, que constrói Planos Diretores a partir de bancadas políticas e longe da população que vai viver cada palavra escrita ali. Como afirma Lorde (2019), o futuro da nossa terra pode depender da capacidade das mulheres para identificar e desenvolver novas definições de poder e novos modelos de relacionamento. Realmente os padrões e definições impostos não nos atendem, não reconhecem as diferenças, homogeneizam uma população que em nada compartilha das mesmas

realidades sociais e de todos os seus atravessamentos raciais, sexuais, de gênero, de classe, de vida. Imitar o dito progresso europeizado não nos cabe, não fomos colonizadores, fomos colonizados e escravizados. Precisamos criar a nossa própria fórmula de cidade e estamos falhando seriamente nisso.

*Escolhemos uma à outra
E as fronteiras das batalhas de cada uma
A guerra é a mesma
Se perdermos
Um dia o sangue das mulheres coagulará
Sobre um planeta morto
Se vencermos
Não há como saber
Procuramos além da história
Por um encontro mais novo e mais possível.*

Audre Lorde

Estes microcosmos clandestinos criados pelo cuidado das mulheres que vivem e permeiam as políticas do dia a dia, o extermínio da população preta e a necessidade do corre pela cidade inteira constroem os futuros possíveis para as crianças que nascem nesses não lugares oficiais do tecido urbano. Essas crianças, que tem seu futuro sequestrado por políticas que negam as existências de seus corpos, precisam ser lidas como chance de recuperação de um futuro que pode ser melhor do que hoje promete ser. Reconhecer que estamos à beira de um desenvolvimento moralmente insustentável é entender a necessidade de reinventarmos tudo. Esta é a chance de fazermos diferente, de olharmos para os sujeitos que não só vivem na cidade, mas vivem a cidade, e escutá-los. É hora de reconstruir olhares e desenhar cidades a partir de saberes que não estão nos livros e sim nas vidas, afinal, como diz Bona (2020), ninguém tem vontade de estudar ou de se esforçar por um futuro que não vai existir.



Referências

BONA, D. T. *Cosmopoéticas do refúgio*. Florianópolis, 2020.

COLLINS, P. H., BILGE, S. *Interseccionalidade*. São Paulo, 2021.

HOOKS, B. *E eu não sou uma mulher? Mulheres negras e o feminismo*. Rio de Janeiro, 2020.

LORDE, A. *Irmã Outsider, ensaios e conferências*. São Paulo, 2019.

MBEMBE, A. *Crítica da razão negra*. São Paulo, 2018.

MBEMBE, A. *Políticas da inimizade*. São Paulo, 2020.

MBEMBE, A. *Necropolítica, biopoder, soberania, estado de exceção, política de morte*. São Paulo, 2018.

MONTANER, J. M., MUXÍ, Z. *Arquitetura e Política, ensaio para mundos alternativos*. São Paulo, 2014.

NASCIMENTO, A. *Quilombismo, documentos de uma militância pan-africanista*. Rio de Janeiro, 2019.

SODRÉ, M. *O Terreiro e a cidade, a forma social negro-brasileira*. Rio de Janeiro, 2019.

COLETIVA TERRA PRETA CIDADE, podcast e texto: Des-embranquecendo a cidade: <https://terrapretacidade.medium.com/des-embranquecendo-a-cidade-c5635dd0c2ff> <acessado em 20/10/2021>

COLETIVA TERRA PRETA CIDADE, podcast e texto: Corpo-mapa: <https://terrapretacidade.medium.com/corpo-mapa-d2d22aff1cd2> <acessado em 20/10/2021>

COLETIVA TERRA PRETA CIDADE, podcast e texto: Cabeça feita: <https://terrapretacidade.medium.com/cabe%C3%A7a-feita-29d0b0d14397> <acessado em 20/10/2021>

Seção 5

Arte e Território



Isabela Souza

Doutoranda em Geografia pela UFF e Mestre em Planejamento Urbano e Regional pela UFRJ. Nasceu e cresceu na Maré e desde 2011, integra o Observatório de Favelas. Atualmente é diretora da organização. É feminista, se interessa pelas questões da cidade, das pessoas que nela vivem e da arte e da cultura para redução de desigualdades.



Jean Carlos Azuos

Curador, artista educador e pesquisador. Está curador no Galpão Bela Maré. Bacharel e licenciado em Artes Visuais (IART/UERJ) e Mestre em Arte e Cultura Contemporânea (PPGARTES/UERJ). Atualmente iniciou doutorado com a pesquisa “curadorias outras: descentralidades em devir” no Programa de pós-graduação em Literatura, Cultura e Contemporaneidade PUC-RJ e escreve para Revista Caju. Pesquisa e mobiliza zonas de contato entre arte, educação, território e as discussões de gênero e sexualidade, a partir da construção de editais, exposições e experiências artístico-pedagógicas que tangenciam esses campos em desdobramentos e possibilidades.



Rebeca Brandão

É baixadense, produtora cultural, pesquisadora e curiosa da cultura independente carioca e fluminense. Foi produtora de ações realizadas em espaços públicos, como Sarau do Escritório (2014-2016) e Leão Etíope do Méier (2015-2017) e, com esses coletivos, participou da produção do Festival O Passeio É Público (2015 e 2016) e do Mapeamento de Saraus lançado em 2015 (MUFA/Sarau do Escritório). Foi colunista fixa da Agulha - Calendário de Cultura entre janeiro e outubro de 2017. Coordenou a Arena Carioca Carlos Roberto de Oliveira Dicró. Atualmente coordena o Desenvolvimento Institucional do OF.

Arte e Território: políticas, acordos e disputas

“A imaginação é o poder de criar formas, e a política é um assunto de imaginação.”

Jacques Rancière

Foi por volta de nossa primeira década de vida que passamos a consolidar de forma intencional ações, projetos e programas na teia/eixo Arte e Território. Como explica Jorge Barbosa, um dos nossos fundadores:

Nós no Observatório naquele momento entendíamos que o campo de disputa [...] passava por uma disputa de imaginário no sentido de colocar novos corpos e novos territórios na cena política. Então ela passava pelo imaginário, pela cultura, ela passava pela estética e por outras construções além do que já fazíamos. A ideia foi sempre trazer um debate de uma política de cidade a partir da arte e da cultura no sentido do reconhecimento das potências da favela e de pensar uma nova sociedade e uma nova cidade tendo a cultura e a arte como mediação. (BARBOSA, 2021)

Consideramos que a criação e o êxito do “Programa Imagens do Povo” - IP (2004) e da “Escola Popular de Comunicação Crítica” - ESPOCC (2005) foram fundamentais para estruturarem nossa atuação na disputa pela ampliação do imaginário da cidade, tendo favelas e periferias como centralidade e, também, para nos afirmarem como uma instituição formadora de quadros nos campos da arte e da comunicação para a cidade.

Assim, partindo do aprofundamento das ações e metodologias do IP e da ESPOCC, inauguramos o Galpão Bela Maré, em 2011, com a exposição Travessias - Arte Contemporânea na Maré e iniciamos em 2012, o projeto “Solos Culturais” e a cogestão da Arena Carioca Dicró. Diante destes movimentos, passamos a dispor mais intenção e energia em projetos que trabalham a arte e a cultura como ponto de partida e mediação

para elaboração de outros símbolos sobre favelas e periferias, e em projetos de formações ampliadas em linguagens artísticas.

Com essas premissas, o eixo Arte e Território passa a pautar de forma propositiva e ativa agendas da cidade por meio da produção e difusão de conhecimentos sobre o campo, da gestão de espaços culturais localizados na Zona Norte do Rio de Janeiro, do desenvolvimento de metodologias de intervenção, mobilização e formação artístico-cultural, e da articulação e implementação de processos de incidência política em rede para qualificação do debate público sobre e a partir da cultura.

Neste percurso, passamos a experimentar e articular projetos artísticos como ferramentas de elaboração de caminhos para reivindicação de outros sentidos para territórios favelados e periféricos, dignos de serem afirmados a partir das artes; e de formação cada vez mais ampliada de pessoas, com a perspectiva de que as diversas linguagens artísticas criem estéticas que visibilizem sujeitas/os, territórios e questões populares e seus respectivos marcadores da diferença. A cultura e as artes, em suas múltiplas linguagens, são essencialmente, mobilizadoras de movimentos que repensam e afirmam alternativas de ser e estar no mundo. Portanto, configuram uma expressiva potência diante dos desafios históricos e contemporâneos do Brasil, trazendo à tona caminhos e reflexões éticas e estéticas que podem contribuir com a democratização de deba-

tes sobre as questões que atravessam a vida em sociedade.

Não basta apenas descentralizar os instrumentos e as oportunidades, é preciso fazer a roda girar: o acesso à arte e à cultura é um direito ainda a ser garantido para territórios populares, bem como a protagonização dessas vertentes por suas/seus residentes. Logo, é necessário redistribuir a cena e criar arquiteturas que possibilitem maior infiltração de novas presenças. São estas/estes sujeitas/os, frutos das políticas públicas que emergem de organizações coletivas nas últimas décadas, os nativos de um mundo mais diverso e digno para todas/os.

Nos últimos vinte anos, nosso trabalho se debruçou nas políticas que legitimam proposições oriundas das individualidades e coletividades desses espaços, situados em territórios populares e de favela, ampliando a ideia imagética de cidade. Essas fundamentações mobilizam nossa aposta na produção de saberes e outros modos de compreensão de se refletir arte, cultura e território que provém por essas intelectualidades e fazedoras/es. Se para Thomas Dye, as políticas públicas são “tudo o que um governo decide fazer ou deixar de fazer”, para nós, a imaginação política, da qual nos fala Ranciere, é “a maneira como se ocupa uma rua, uma universidade, uma fábrica (...) É uma faculdade estética, o que não quer dizer que só cria poemas ou imagens, ao contrário, é necessária para encontrar novas organizações políticas.”

Referências

BARBOSA, J. *Reunião Geral do Observatório de Favelas sobre o projeto Solos Culturais (palestra)*. Observatório de Favelas, Rio de Janeiro, RJ, 01 de outubro de 2021.

BARBOSA, J. L.; DIAS, C. G. (Orgs.). *Solos culturais*. Rio de Janeiro: Secretaria de Estado de Cultura do Rio de Janeiro/Petrobras/Observatório de Favelas, 2013.

DYE, Thomas D. *Understanding Public Policy*. Englewood Cliffs, N.J.: Prentice-Hall, 1984

HOWLETT, Michael, RAMESH, M., PERL, Anthony. *Política pública: seus ciclos e subsistemas: uma abordagem integradora*. Tradução técnica de Francisco G. Heidemann. Rio de Janeiro: Elsevier, 2013.

MORENO, Melina. Jacques Rancière: *La política es imaginación*. Paris, França. 2018. Disponível em <<https://www.milenio.com/cultura/laberinto/jacques-ranciere-la-politica-es-imaginacion>> . Acesso em 19/10/2021

SANTOS, Milton. *A Natureza do Espaço: Técnica e Tempo, Razão e Emoção*. 4 ed., 2 reimpressão. São Paulo: EDUSP, 2006.

Sem ficção, com ficção



Camilla Rocha Campos

Auto-revolucionária, artista, professora, curadora e escritora. Ela é co-fundadora e co-diretora da 0101 Art Platform para arte afrodiaspórica, membro da plataforma de pesquisa EhChO, professora do programa de Formação e Deformação e membro do conselho de educação na Escola de Artes Visuais do Parque Lage. Mestre em Teoria da Arte pela UERJ, Camilla atua também como coordenadora de Residência do MAM Rio.

A cena é deslocamento. Levar o corpo, e tudo que cabe para além dele, para longe da ficção colonial. *A treta é sobre território*, diz a musicista mineira e araucana Brisa Flow. O território não é apenas a terra, é tudo humano e não-humano que nela se harmoniza. Gesto é terra, som é terra, a língua é terra, corpo é terra. No entanto, ainda assim, espaços de arte são organizados de acordo com marcadores sociais, raciais e delirantes que acompanham a estética renascentista que inicia o giro histórico da brancura. Fazemos o giro e continuemos em uma espiral; que sinaliza a concomitância dos tempos e nos lembra que o ponto no chão, a preparação do ebó e a cruz que fecha o corpo são arte, são instalação, são performances-proteção, são chaves de mundo. O que começa na pintura renascentista desenhada em perspectiva euclidiana não é apenas o filho de um Deus branco que rompe a bidimensionalidade, mas sobretudo, a decisão de marcar a ideia de raça como parte ética central no conceito de conquista e supremacia. O mundo que, ao romper com a binaridade pictó-

rica, despenca no abismo tridimensional ao inaugurar a racialidade como ponto mobilizador das conquistas territoriais. O seu direito está onde começa o reconhecimento de cor. Se na ficção colonial a cor expropria, sem essa ficção, ela assenta o estar no mundo como criação de relação, ascendente e descendente. Ela é o próprio território, a terra, sem treta. Ela é o próprio estado de relação, em relação. No contexto de cidades, a arte reitera rituais de marcação territorial, aviso visual, diálogos poéticos de sotaques e linhas mais iorubanas do que italianas. A herança atravessada no corpo constrói coletivamente o território como linguagem, estabelecendo o pacto de não se deixar esquecer os símbolos e expressões que sintetizam imagens pré-delírio racial; lugares de força e estabelecimento de vivências estéticas.

A arte é parte disso e está para e dentro desse contexto. Uma palavra-prática em disputa pronta para trazer de volta a si tudo que foi lançado para fora do seu plano. Ela está na esperança de salvaguardar elementos de conexão, lembrança, sabedoria em/com vida.

Para além de formular uma história de conexão que estruturou desigualdades, assimetrias humanitárias e subjugação cultural, ela está para compartilhar as ficções que nos oferecem outras bases de fortalecimento e movimento. A linguagem que temos é elaborada pela forma fluida, crua e, ao mesmo tempo, complexa que a arte enquanto ferramenta pode nos apresentar. O campo visual, no sentido imagético e não apenas do olhar, pode ter aspectos ligados a sentidos que não obedecem à lógica maniqueísta. A perspectiva de conflito se alia com a lida dentro dessa complexidade. Na ficção colonial que nos foi ensinada o maniqueísmo está na base. Quando falamos de arquitetura, tecnologia, alimentação, amor ou tantos outros assuntos, a estrutura com a qual pensamos, nos relacionamos, sentimos e experimentamos está, silenciosamente, operando em dualidade. O território nos faz lembrar coletivamente do pacto de sobrevivência que a poetisa anuncia: *eles combinaram de nos matar, mas combinamos de não morrer*. E assim, entre o viver e o morrer, negamos a dualidade posta e habitamos o presente em decomposição, construindo sincronicamente com o declínio/transformação da colonialidade. O complexo se apresenta nas nuances de tons de respostas múltiplas aos problemas. Ele está na temporalidade das múltiplas tarefas cotidianas assim como nas múltiplas pulsões e componentes que adensam o território, o corpo, as cosmovisões. Curadorias coletivas, coletivas de artistas, compartilhamento e ampliamiento de redes de trabalho. Formas de troca e apoio onde

a manifestação de estruturas sociais se correspondem com as imagens criadas desde a dinâmica de organização de corpos quanto materiais e estética dos trabalhos.

A concomitância dos tempos, a escolha da espiral em detrimento da linha, pode nos apoiar na superação das dinâmicas de auto-cobrança, tanto individual quanto coletiva, nos oferecendo perspectivas que transcendem o limite do humano, também desobedecendo, assim, o maniqueísmo eurocentrado. Ao ancestral e à sua caminhada reverenciamos aquilo que somos e nos entendemos em uma dinâmica maior, capaz de produzir uma sucessão de imagens diretamente ligadas à inteligência de se pautar pelo atravessar do tempo e compreender aquilo que o contexto nos dá. O atual olhar e gerar imagens de pessoas pretas, e suas histórias, como um lugar de herança e força já é a manifestação de redirecionamento de leituras desviadas de um passado recente. Não é sem fundamento, o fato da palavra, que antecede a invocação de energia, ser portal de acesso à esfera do invisível e imaterial. A palavra conta e reconta histórias imbuídas de imagens. Imagem conversa com imagem, imagem se responde com imagem. Sigamos assim na linha da arte para combinar estímulos de resposta, de conversa, de recomposição, de decomposição e de composição.

Ao usarmos essas pequenas implicações como parâmetro para as diversas esferas entrecruzadas do cotidiano, desautomatizamos equiparar, equivaler ou, sobretudo, hierarquizar coisas, valores, objetos, situações e pessoas. É im-

portante, na concomitância de tempo, não ignorar as disputas sociais resultantes que formulam a temporalidade atual e reorganizar as formas de aliança que já não tem estratégias de violência como base de relações sociais. Está posto o desafio aqui lançado para uma teoria possível de potencialização de visibilidades e trajetos que sustentam a noção que quero propor de território, com e sem ficção. O deslocar-se abarca, expli-

citamente, a mudança de perspectiva. Circular em territórios é compreender que tão transitório quanto às noções de pertencimento são os limites de ação. Hoje, a partir de pautas de reparação histórica, políticas afirmativas e tessitura de memórias, vemos nossas marcas individuais e coletivas caminhando para a soma; somos ancestrais do futuro, corpos que se movem em terra no tempo.



Seminário

Em 2021, o Observatório de Favelas completou 20 anos de atuação. Para celebrar, nos dias 24 e 26 de agosto, realizou em seu canal do Youtube, o Seminário #OF20Anos que contou com convidados especiais para debater sobre temas como desigualdade, democracia e futuro, partindo da perspectiva de favelas e periferias e seus sujeitos. Confira abaixo os dois dias de encontros na íntegra.

DIA 1



DIA 2





Érika Lemos Pereira da Silva

Bacharela em História da Arte (EBA/UFRJ) e licenciada em Artes Visuais (CEUCLAR). Integrou os seguintes grupos de pesquisa: Espécie de Espaços/EBA/UFRJ (2016 - 2018); Paulo Freire, Arte Contemporânea e Educação: influências e traduções/EAV Parque Lage (2019); Educação Museal: conceitos, história e políticas/MHN/CNPq (2020) e MAM Capacete. Vice-coordenou o projeto de extensão Formação de mediadores culturais em exposições de arte/EBA/UFRJ (2019 - 2020). Co-fundou e lecionou o componente Artes no Pré Vestibular Popular Bosque dos Caboclos (2017-2019). Integrou as equipes dos Programas Educativos do Museu Bispo do Rosário Arte Contemporânea (2015-2016), Museu da Chácara do Céu (2016-2018), CCBB Educativo Arte & Educação - RJ (2018) e Galpão Bela Maré/Observatório de Favelas (2018-2020). Atualmente, coordena o Programa Educativo do Galpão Bela Maré.



Isabela Souza

Doutoranda em Geografia pela UFF e Mestre em Planejamento Urbano e Regional pela UFRJ. Nasceu e cresceu na Maré e desde 2011, integra o Observatório de Favelas. Atualmente é diretora da organização. É feminista, se interessa pelas questões da cidade, das pessoas que nela vivem e da arte e da cultura para redução de desigualdades.



Priscila Rodrigues

Priscila Rodrigues é jornalista. Coordena a Comunicação Institucional do Observatório de Favelas e integra o Grupo de Trabalho (GT) de comunicação do Fopir - Fórum Permanente pela Igualdade Racial. Há mais de cinco anos, atua na comunicação de iniciativas e projetos na cidade do Rio de Janeiro. Em sua trajetória destacam-se a coordenação de comunicação do Festival de cinema negro - Zózimo Bullbul (2017), da Mostra Corpos Visíveis (2018 e 2021) e da Mostra IFÉ - Amor sem Fronteiras (2021). No campo da pesquisa, é co-organizadora do E-book "Mapeamento da Mídia Negra no Brasil" (2020).

SEMINÁRIO OF 20

Há alguns anos escolhemos comemorar o aniversário do Observatório de Favelas com um seminário. Nestas ocasiões, recebíamos na Maré muitas pessoas animadas em acompanharem e contribuírem em encontros que sempre tiveram como propósito, mais do que análises de conjunturas, o apontamento de caminhos, o reforço às energias, esperanças e alternativas para avançarmos publicamente e articuladas/os com parceiras/os rumo à nossa missão. Na impossibilidade do evento presencial, em 2021 construímos coletivamente o espaço virtual do SEMINÁRIO OF 20 ANOS que aconteceu nos dias 23 e 26 de agosto, através do nosso canal no YouTube.

Abrindo o seminário, com a mediação de Érika Lemos Pereira e Aruan Braga²⁵, convidamos Elionalva Souza²⁶, Jailson Silva²⁷ e Jorge Luiz Barbosa²⁸. O desejo de, para abrir os trabalhos, reunir essas três pessoas fundamentais para que tenha sido possível nossa chegada neste marco de duas décadas, nos pareceu uma forma de saudarmos e comemorarmos nossa trajetória e nossa identidade. Esse espaço retomou que fomos fundadas/os e organizadas/os por pessoas de origem popular com um forte desejo de revolucionar os modos como a cidade é pensada e articulada, partindo da perspectiva de suas periferias e disputando o Direito à Cidade, tendo por base a convivência e a afirmação de maiorias historicamente desconsideradas.

Permeadas por emoção e afeto, as falas de Elionalva, Jailson e Jorge nos lembraram das caminhadas que percorremos, dos desafios que já vivenciamos e como fomos construindo alternativas para superá-los e nos deram pistas para compreensão ampliada do momento que o Brasil vivia há vinte anos e do tempo presente. Se no começo do século XXI vivíamos um período propício política, econômica e socialmente para mobilizações de ações

²⁵ Coordenador do Eixo de Políticas Urbanas.

²⁶ Mestre em Bens Culturais e Projetos Sociais (CPDOC, FGV), especialista em Gerenciamento de Projetos no Terceiro Setor (FGV) e graduada em Licenciatura Plena em Pedagogia (Unirio). É fundadora do Observatório de Favelas, Representante Legal e Diretora Administrativo-Financeira da Organização.

²⁷ Geógrafo, doutor em sociologia da Educação, ex-secretário de Educação de Nova Iguaçu, ex-subsecretário de assistência social e direitos humanos do estado do Rio de Janeiro, fundador do Observatório de Favelas, diretor geral do Instituto Maria e João Aleixo, escritor de várias obras, tais como: "Por que uns e não outros?", "Favela: alegria e dor na cidade" e "O novo carioca".

²⁸ Fundador do Observatório de Favelas. Professor Titular do Departamento e do Programa de Pós-graduação em Geografia da UFF. Membro do Conselho Estratégico do IMJA.



Raquel Willadino

Diretora do Observatório de Favelas e coordenadora geral do Programa de Direito à Vida e Segurança Pública da instituição. Doutora em Psicologia Social pela Faculdade de Ciências Políticas e Sociologia da Universidade Complutense de Madrid (UCM), Espanha. Graduada em Psicologia pela Universidade de Brasília (UnB). Desenvolve pesquisas, metodologias de intervenção e incidência centradas nos temas de violência urbana, segurança pública, periferias e direitos humanos na América Latina.



Thais Gomes

Baixadense, Bacharel em Serviço Social pela UFF, Especialista em Movimentos Sociais pelo NEPP-DH UFRJ, mestra em Serviço Social, no PPGSS-UFRJ. Foi estagiária da Secretaria de Administração Penitenciária-SEAP-RJ, entre 2014 e 2016. Atualmente está coordenadora executiva do Programa de Direito à vida e Segurança Pública do Observatório de Favelas.

que apontavam para a redução das desigualdades e de movimentos que tinham potencial para problematizarem e reorganizarem o sentido da democracia que se forjou no Brasil, parece que o passar de duas décadas nos colocou estruturalmente num momento de muita hostilidade. Neste contexto, essas três contribuições reiteraram que cabe às organizações da sociedade civil reafirmarem o compromisso com a certeza de que atravessaremos mais esse momento e que devemos estar comprometidas/os com a articulação de agendas produzidas coletivamente e protagonizadas por favelas e periferias, suas/seus sujeitas/os e suas formas históricas de organização e luta.

Na segunda mesa, mediada por Thaís Gomes, a partir da precisa afirmação de que não construímos e não construiremos nada sozinhas/os, fomos convidadas/os a sonhar e realizar em coletividade a partir das valiosas companhias de Marcelle Decothé²⁹, Benilda Brito³⁰ e Dandara Rudsan³¹, refletindo **quais potências vão contribuir com a redução das desigualdades nos próximos anos, partindo das perspectivas de favelas e periferias.**

²⁹ Mulher negra periférica, mestre em políticas públicas em Direitos Humanos (PPDH/UFRJ), doutoranda em sociologia (PPGS/UFF), atualmente coordena a área de Incidência do Instituto Marielle Franco, também é co-fundadora do movimento Favelas Na Luta e da iniciativa PIPA.

³⁰ Ativista negra lésbica e feminista. Pedagoga, Mestre em Gestão Social/Administração pela Universidade Federal da Bahia - UFBA. Tem acumulado vasta experiências nas áreas de Educação, Direitos Humanos, Organização da Sociedade Civil, Administração Pública, Liderança e Terceiro Setor. Com pós-graduação em Psicopedagogia e Recursos Públicos, também foi professora de Direitos Humanos na PUC/MG no curso de Direito. É ativista dos Movimentos Feminista e Negro desde a década de 80. Participa do N'zinga - Coletivo de Mulheres Negras de Belo Horizonte, desde a sua fundação. É Integrante titular na Plataforma DHESCA (Direitos Humanos, Econômicos, Sociais e Ambientais). Membro titular do Grupo Assessor da Sociedade Civil da ONU Mulheres. Atuou como Coordenadora do Programa de Direitos Humanos do ODARA - Instituto da Mulher Negra em Salvador - BA, Integra a Executiva do FOPIR - Fórum Permanente de Igualdade Racial é ativista da Malala Fund Education Champions Network, para garantia das meninas na escola. Tem atuado como palestrante e consultora em ambientes corporativos, promovendo diálogos acerca das questões étnico-raciais e diversidade interna nas empresas, sendo um elo fundamental entre sociedade civil, academia e multinacionais.

³¹ Mulher preta travesti, TransFeminista, antirracista e abolicionista penal. Bacharel em Direito (Instituto Tocantinense Presidente Antônio Carlos - Faculdade de Ciências Humanas, Econômicas e da Saúde de Araguaína - 2012). Co-fundadora e Coordenadora Executiva do Coletivo Amazônico LesBiTrans e Fundadora do ZarabatanalINFO - laboratório de cyberativismo construído por mulheres lésbicas, travestis e transexuais da Amazônia. Bolsista do Programa de Aceleração de Lideranças Femininas Negras Marielle Franco (Fundo Baobá para Equidade Racial) e Pesquisadora na agenda de Espaço Cívico da ARTIGO 19. AfroAssessora & AfroEmpreendedora em Projetos culturais e socioambientais. Especialista em Diálogos e Mediação de Conflitos (SILO ArtLatitude Rural). Ex-Relatora Nacional em Direitos Humanos DhESCA e membra do Grupo de trabalho interdisciplinar da Defensoria Pública do Estado do Pará no Enfrentamento ao Racismo Ambiental. Professora convidada da UERJ no Curso de especialização em Relações Étnico-Raciais e Gênero: Ferramentas Teóricas e Práticas em Perspectivas Emancipatórias e Teoria Crítica do Direito (2021).

De certo, não será possível sintetizar a amplitude das contribuições de nossas convidadas neste breve texto, no entanto há pontos entre suas reflexões que se entrecruzam, e nos orientam didaticamente a seguir construindo alternativas de futuro.

A primeira potência pode ser traduzida, na capacidade que favelas e periferias têm de existir, subverter. De acordo com Marcele Decothé, temos "capacidade de criar, historicamente, as rotas de sobrevivência. [...] A periferia, ela já nasce como resultado, como uma fuga". Segundo Decothé, isto nos coloca diante da necessidade de seguir reafirmando uma segunda potência: a periferia como centralidade e não como uma agenda. Nesse sentido, é preciso pensar a periferia como território que aglutina um conjunto de agendas de superação de desigualdades (étnico-racial, classe, território, gênero e sexualidade) e que diante disso articula alternativas econômicas, sociais e culturais para reinvenção de caminhos de incidência a fim de produzir coletivamente políticas públicas que garantam direitos (à segurança pública, à segurança alimentar, ao trabalho e à renda, à mobilidade, à moradia, à educação, à saúde e à cultura).

A terceira potência destacada pelas convidadas consiste em dar cor, gênero, sexualidade e territorialidade para as sujeitas coletivas que constroem as agendas destacadas. Dandara Rudsan localizou sua fala afirmando que "a potência que vai reduzir as desigualdades em favelas e periferias são as mulheres negras". Para Dandara, as potências afirmadas na fala de Marcele Decothé, são o resultado de tecnologias elaboradas por mulheres negras. Ela afirma que "nós somos o resultado de tudo isso que deu certo, das lutas dessas mulheres". Rudsan não afirmou isso de forma romântica, mas salientou a importância de compreendermos violências étnico-raciais, de gênero e sexualidade como mecanismos estruturantes e historicamente impeditivos, que afastam pessoas negras, LGBTQI+ e mulheres de possibilidades de futuro e de que é preciso olhar para dimensões plurais dessas violências - do institucional ao individual - para construir e garantir espaços e métodos que nos permitam falar de futuro e efetivamente vivê-lo.

Por falar em futuro, Benilda Brito nos provocou a olhar para o passado, afirmando que se não sabemos para onde vamos, precisamos ter certeza de onde viemos. Disse ela: "há anos, o movimento social negro tem denunciado que nós temos uma proposta política de um outro pacto civilizatório, que é o 'bem-viver'", pacto esse que pode ser traduzido pelo direito à vida, um direito de projetar a vida, de projetar o futuro. Eis aí a quarta potência: filhas/os das mulheres negras vivendo o futuro!

Na terceira e última mesa, mediada por Priscila Rodrigues dialogamos com Ana Carolina Lourenço³², Jefferson Barbosa³³ e Lucia Xavier³⁴ buscando apontar **quais são as potências que vão fortalecer a democracia nos próximos anos, a partir das favelas e periferias**. Se imaginar e reimaginar as potências nas quais iremos ancorar nossas energias e desejos radicais de mudança nos parece, por vezes, um exercício complexo, nossas interlocutoras e nosso interlocutor nos indicaram que é urgente e necessário.

³² Socióloga com mestrado pela UERJ (PPCIS) e co-fundadora do Movimento Mulheres Negras Decidem. Em 2021 foi uma das organizadoras do livro *A Radical Imaginação Política das Mulheres Negras Brasileiras*.

³³ Integrante do PerifaConnection e do Voz da Baixada, estudante de Jornalismo na PUC-Rio. Atualmente também constrói a Coalizão Negra por Direitos, antes trabalhou como produtor de reportagem na TV Globo e integrou o conselho da Agência Lupa.

³⁴ Ativista dos direitos humanos das mulheres negras. Co-fundadora e coordenadora geral de CRIOLA, organização de mulheres negras, Rio de Janeiro.

Os diálogos tecidos nesse terceiro encontro, antes de apontarem caminhos, nos deslocam para uma questão central: qual democracia queremos fortalecer? Não seria a melhor saída reinventá-la? Nesse sentido, as potências compartilhadas nesse último diálogo se situam num contexto de inauguração de um novo devir democrático.

Jefferson apontou a importância de reverenciar a luta das/os nossas/os ancestrais, aprender com eles, e compreender que somos a continuidade de lutas coletivas dessas populações que diante de uma democracia que não se efetivou para todos “construía [e ainda constrói] esta realidade paralela possível”. Foi e segue assim nos quilombos, nas irmandades, nos coletivos de mulheres negras, nas articulações comunitárias em favelas e periferias, por aí em diante.

Ana Carolina Lourenço, por um caminho semelhante, nos propôs, além de reverenciarmos e nos pautarmos nas lutas das mulheres negras, nos alicerçarmos em suas radicais imaginações políticas, que partem da “ideia de que não nos falta nada, que não nos falta capacidade de decidir, que nós temos uma grande sofisticação analítica propositiva e capacidade de se articular”. De acordo com Ana Carolina, é o legado dessas mulheres que inaugura diferentes perspectivas sobre o que pode vir a ser uma democracia comprometida com a redistribuição de poderes e que promova alianças institucionais que protejam movimentos sociais e invistam na pluralidade de atuação. Lucia Xavier, por fim, foi precisa no convite para repensarmos a provocação da mesa, reenquadrando a questão:

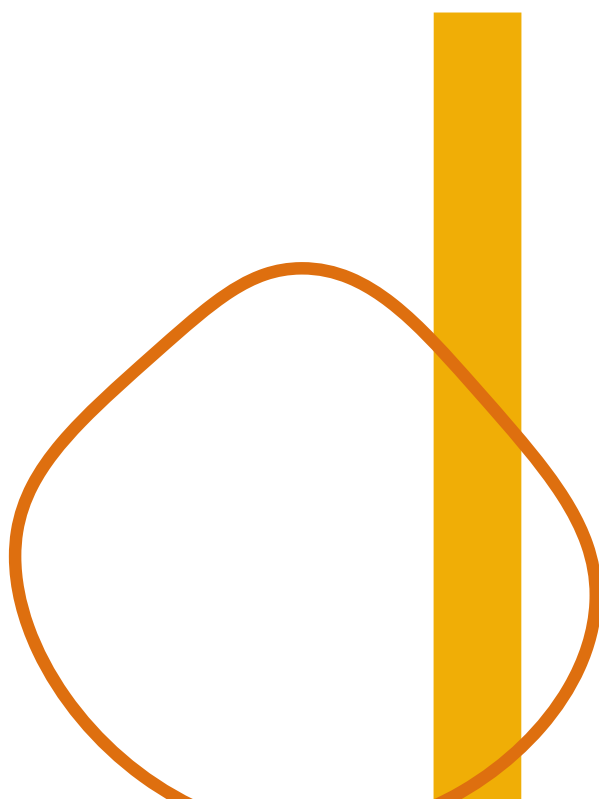
Quais são as potências que vão fortalecer a democracia a partir das favelas e das periferias? É preciso lembrar que talvez não seja fortalecer algo que nos impele a exclusão, a desigualdade, a violência. Porque nós estamos também falando de uma estrutura política [...] que age com violência a essas periferias e essas favelas, não é? E, diga-se de passagem, favela e periferia, não deveria ser nome separado, deveria se chamar cidade, eu explico o porquê. Porque a maioria da população brasileira e mundial vivem em favelas e vivem em lugares periféricos, não é? Então, se a gente está falando do que está produzindo esse grupo, ou essas populações, ou esses espaços, esses territórios para fortalecer essa democracia, eu espero que nada. Porque essa democracia tem demonstrado a sua capacidade de viver com o máximo da violência, do racismo, do patriarcado, da cis-heteronormatividade. E eu acho que eu mudaria a pergunta dizendo: que potências vão inaugurar uma nova democracia a partir daí?

Em 2019, no Seminário em que comemoramos nosso 18º aniversário, na mesa de abertura, Sueli Carneiro³⁵, em diálogo com Boaventura de Sousa Santos, já nos tensionava sobre os sentidos do fortalecimento da democracia ao afirmar que experienciamos no Brasil o que poderíamos chamar de uma “democracia de baixa intensidade”. Já em 2021, Lucia Xavier nos convida a refletir sobre as possibilidades de “inaugurar uma nova democracia”. Reverenciando nossas ancestrais do presente e suas radicais imaginações políticas³⁶, disputamos o conceito de democracia afirmando que o que está posto não nos contemplava há 20 anos atrás e não nos contempla hoje. E que seguimos buscando criar condições para anunciar um porvir.

³⁵ Filósofa, doutora em Educação pela USP, militante feminista e antirracista; coordenadora executiva do Geledés Instituto da Mulher Negra.

³⁶ LOURENÇO, Ana Carolina; FRANCO, Anielle. A radical imaginação política das mulheres negras brasileiras, 2021. Disponível na íntegra em [AQUI](#)

Diante do desejo de comemorar nosso aniversário, reunimos pessoas que admiramos para conversas de mapeamento de potências, de organização de sonhos, na perspectiva de efetivar presente e futuros pautados pela igualdade, pelo afeto e pela garantia do direito à vida e à memória. Consideramos que as generosas contribuições dessas pessoas tão queridas e admiradas por todas/os nós são importantes presentes de aniversário que ganhamos nesta comemoração de duas décadas de vida do Observatório de Favelas. Juntas/os, essas pessoas nos apontaram possibilidades estratégicas para que nossa instituição siga atuando com parcerias, coletividades e muita marra nos próximos 20 anos que atravessaremos e, por aqui, aceitamos os desafios!







20 ANOS

OBSERVATÓRIO
DE FAVELAS

Realização



Apoio

